



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 08|agosto 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: agosto de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de agosto.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	43

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No 2.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial desacelerou para 3,9% em termos homólogos (4,1% no 1.º trimestre), devido ao abrandamento da produção dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos; Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou causada pelo fortalecimento dos EUA e do Japão. Já em relação ao comércio mundial de mercadorias, este melhorou devido à aceleração das exportações mundiais, especialmente dos países emergentes, com destaque para uma recuperação dos países asiáticos.
- * A persistência de um clima de aumento da incerteza provocado pelas tensões existentes ao nível dos mercados periféricos de dívida soberana na área do euro e o agravamento da crise do sector bancário em Espanha foram os principais fatores que contribuíram para o recuo da confiança dos agentes económicos e para o enfraquecimento económico da área do euro. Apesar das crescentes preocupações relativas à situação financeira internacional e ao aumento da incerteza face às perspectivas económicas mundiais, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente nos últimos meses e a taxa de câmbio do euro face ao dólar apreciou-se em agosto de 2012, tendo no dia 23 sido de 1,26 (1,23 no final de julho).
- * No 2.º trimestre de 2012, assistiu-se a um abrandamento da economia mundial, tendo atingido especialmente a generalidade das economias avançadas, com destaque para a maioria dos países da União Europeia e de menor amplitude dos EUA, mantendo-se este país com uma expansão económica moderada. Ao inverso, a economia do Japão fortaleceu-se, devido, em parte ao esforço de reconstrução na sequência do terramoto do início de 2011. O crescimento económico dos principais países emergentes (China, Índia e Brasil) também desacelerou, tornando-se menos robusto.
- * Nos EUA, o PIB registou um crescimento de 2,2% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2012 (2,4% no 1.º trimestre) em resultado do ligeiro abrandamento do investimento privado (segmento não residencial) e da quebra do consumo e investimento públicos. Os indicadores disponíveis para o mês de julho indicam um forte crescimento da produção industrial, uma melhoria das vendas a retalho, indiciando um bom desempenho do consumo privado e um aumento dos indicadores de confiança dos empresários, tendo sido particularmente expressivo o dos serviços. Nesse mês, a taxa de desemprego subiu para 8,3% e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,4% (1,7% em junho).
- * No 2.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) diminuíram 0,2% e 0,4% em termos homólogos reais (+0,1% e variação nula, respetivamente, no 1.º trimestre) tendo registado o valor mais negativo desde o 1.º trimestre de 2010. Durante o 2.º trimestre, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma deterioração da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações reforçaram o seu crescimento. Em julho de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia como na área do euro em resultado da descida de todos os indicadores de confiança. Em junho de 2012, a taxa de desemprego estabilizou em 10,4% e em 11,2% na UE e na AE, respetivamente, e a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 2,4% em julho de 2012.
- * Em agosto de 2012 e, até ao dia 23, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora de forma mais acentuada para a área do euro. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,35% (0,51%, em julho) e a dos EUA em 0,44%.
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu em agosto, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 23, registado o valor de 112 USD/bbl (91€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2012 aponta para uma variação homóloga de -3,3% do PIB (-2,3% no 1.º trimestre).
- * No 2.º trimestre de 2012, de acordo com os dados do INE, a taxa de desemprego foi de 15% (+0,1 p.p. que o trimestre anterior).
- * Em julho o Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,8% (2,7% no mês de junho). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação nula (face aos -0,2% verificados em junho).
- * Até julho de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local, foi de 3123,2 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 2849,8 milhões de euros, reduzindo-se 2395,7 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado, o qual diminuiu 2583,2 milhões de euros, e, em menor grau, o aumento do excedente dos FSA, em 66,2 milhões de euros. A diminuição do excedente da Segurança Social, em 162,8 milhões de euros, e o aumento do défice da administração regional, em 91 milhões de euros, compensaram parcialmente esta diminuição. O défice das EPR foi de 504,8 milhões de euros, mais 32,3 milhões de euros do que o registado em junho de 2012.
- * A Administração Local, tendo em conta um universo comparável de 240 municípios, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 228,8 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 14,9 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- * Até julho, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 507,7 milhões de euros, o que compara com o défice de 163,9 milhões de euros registado no período homólogo.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo de 9,1% no primeiro semestre de 2012 relativamente a igual período do ano passado. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,4%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 40,2%, correspondendo a 3489 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81,5%, mais 10,8 p.p. que em igual período de 2011.
- * No primeiro semestre de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, foi inferior ao crescimento das exportações totais (6,8%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (9,7 %), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 74,7%.
- * No *último ano a terminar em junho de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 10,9% em termos homólogos, sendo que todos os grupos contribuíram positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (+2,8 p.p.), dos “Minérios e Metais” (+1,9 p.p.) e das “Máquinas” (+1,7 p.p.). No primeiro semestre de 2012 deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,8 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,9 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,7 p.p.).

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de junho de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

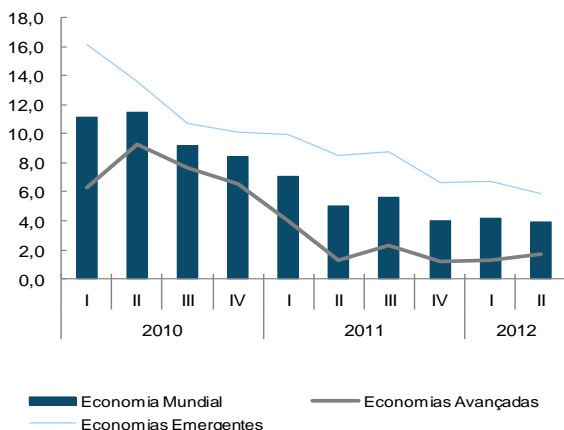
- * De janeiro a junho de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 3,7% e contribuíram em 2,8 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 3,2% e as exportações para os países do Alargamento 16,9%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,3 p.p. e 0,5 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,7% para 22,6% no período de janeiro a junho de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para o Reino Unido e para a Bélgica (ambos com +0,6 p.p.) seguidas das exportações para a França (+0,5 p.p.), foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15.
- * Nos primeiros seis meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 25,8%, relativamente a igual período em 2011, passando a representar 28% do total das exportações nacionais (+3,7 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+183,3%), Marrocos (37,4%) e Angola (+37%).
- * De janeiro a junho de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 9,8% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (8,2 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **maio** de 2012, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo de 6,6% nos primeiros cinco meses de 2012, relativamente a igual período de 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (8,9% e 0,6%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+6,4 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

A produção industrial mundial desacelerou ligeiramente no 2.º trimestre de 2012 para 3,9% em termos homólogos (4,1% no 1.º trimestre) devido ao abrandamento das economias emergentes, especialmente dos países asiáticos. Pelo contrário, a produção das economias avançadas melhorou causada pelo fortalecimento dos EUA e do Japão, já que a da União Europeia deteriorou-se.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



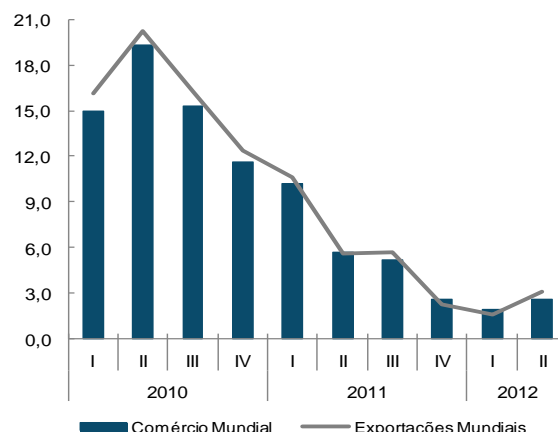
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias melhorou devido à aceleração das exportações mundiais. Ao inverso, as importações mundiais registaram uma ligeira desaceleração.

De facto, no 2.º trimestre de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 2,6% (1,9% no 1.º trimestre);
- as exportações mundiais aceleraram para 3,1% (1,6% no 1.º trimestre); enquanto as importações mundiais abrandaram para 2,1% (2,2% no 1.º trimestre).

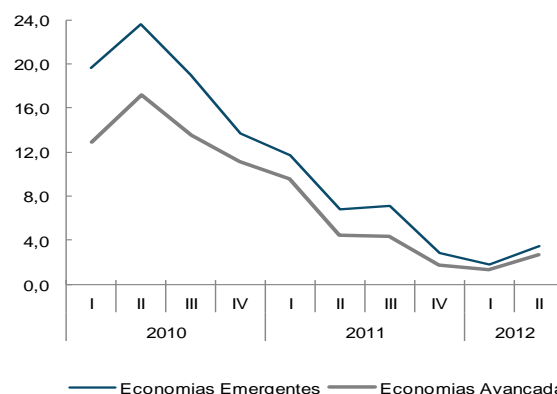
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A aceleração das exportações mundiais deu-se tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, embora tenha sido mais forte para o último caso, com destaque para uma recuperação dos países asiáticos. As importações mundiais registaram um abrandamento influenciado pelo menor crescimento dos países emergentes; já que em relação às economias avançadas estas mantiveram, em média, uma variação similar à do 1.º trimestre, embora com evoluções muito distintas entre os diferentes países.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

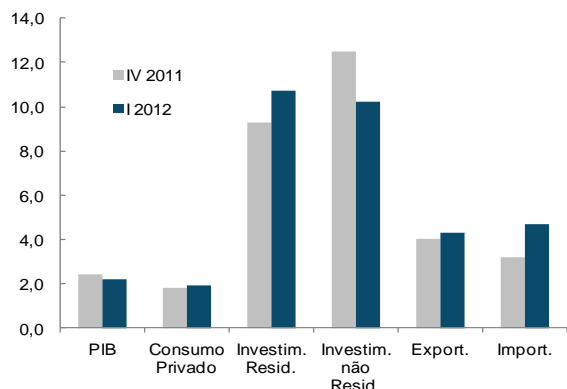
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	5,0	5,6	4,0	4,1	3,9	5,0	4,5	4,1	3,2
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	1,3	2,3	1,2	1,3	1,7	2,9	2,8	1,4	0,9
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	8,5	8,8	6,6	6,7	5,9	6,9	5,9	6,5	5,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,8	5,6	5,2	2,6	1,9	2,6	1,6	2,0	2,4	3,3
Importações Mundiais	VH	CPB	5,6	5,7	4,6	2,8	2,2	2,1	1,7	1,8	1,8	2,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	3,0	2,2	0,8	0,4	0,5	0,7	0,8	-1,4	2,0
Economias Emergentes	VH	CPB	8,2	8,8	7,5	5,1	4,1	3,8	2,8	2,8	5,4	3,2
Exportações Mundiais	VH	CPB	6,0	5,6	5,7	2,3	1,6	3,1	1,5	2,3	3,0	4,1
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	4,4	4,3	1,8	1,3	2,7	2,2	2,7	0,3	5,2
Economias Emergentes	VH	CPB	7,0	6,8	7,1	2,8	1,8	3,5	0,8	1,9	5,7	3,0

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB desacelerou para 2,2% em termos homólogos reais no 2.º trimestre de 2012, em resultado do ligeiro abrandamento do investimento privado causado pelo segmento não residencial e da quebra do consumo e investimento públicos. O crescimento das restantes componentes (consumo privado, investimento residencial e exportações) foi mais forte do que no 1.º trimestre, apesar do contributo das exportações líquidas para o PIB se ter tornado negativo em 0,2 p.p. (valor nulo nos 2 trimestres precedentes).

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

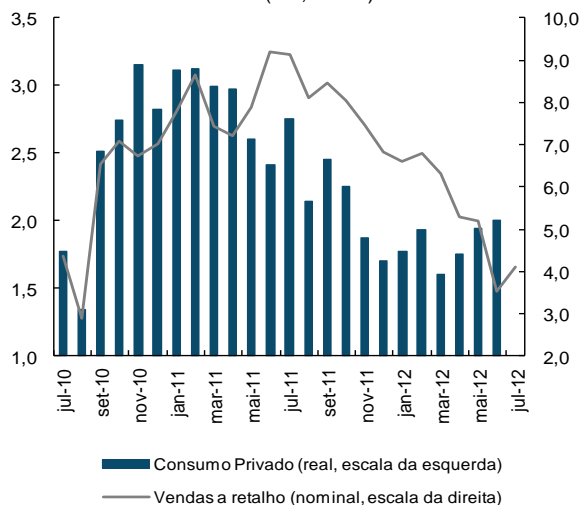


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do 3.º trimestre de 2012 indicam a continuação de uma expansão económica moderada nos EUA, com destaque para uma evolução favorável dos indicadores de confiança dos empresários, especialmente dos serviços. Assim, em julho de 2012 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou mas manteve um forte crescimento para 4,3% (4,7% em junho);
- as vendas a retalho aceleraram para 4,1% em termos nominais (3,5% em junho);
- a taxa de desemprego subiu para 8,3% e a taxa de inflação diminuiu para 1,4% (1,7% em junho).

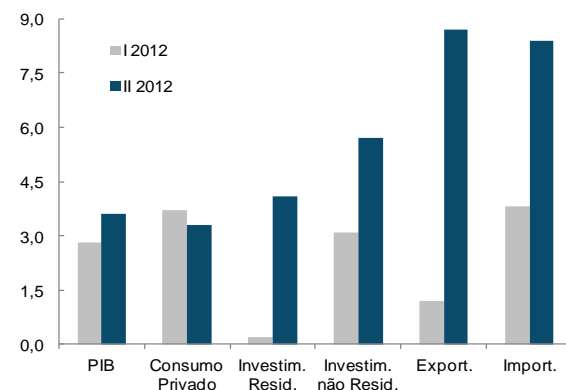
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 2.º trimestre de 2012, o crescimento do PIB do **Japão** aumentou para 3,6% em termos homólogos reais (2,8% no 1.º trimestre), devido à manutenção de um forte crescimento da procura interna e à melhoria das exportações. O fortalecimento da economia do Japão está sobretudo associado ao esforço de reconstrução na sequência do terramoto do início de 2011.

Figura 1.6. PIB e componentes da Despesa em volume nos Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

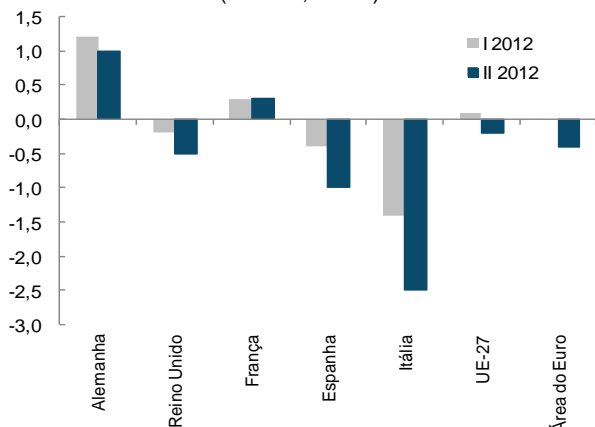
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
EUA – PIB real	VH	BEA	1,8	1,9	1,6	2,0	2,4	2,2	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,6	3,3	4,1	4,4	4,8	5,0	4,7	4,7	4,3
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	56,6	52,1	52,4	53,3	52,7	54,8	53,5	49,7	49,8
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	55,0	56,8	55,1	60,3	54,0	54,6	55,6	51,7	57,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,9	59,6	65,0	75,5	76,3	76,4	79,3	73,2	72,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,1	8,2	8,2	8,3
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,5	9,1	8,9	8,1	7,6	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	22,4	20,7	14,4	8,9	10,5	4,9	15,3	11,3	1,0
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,8	-1,7	-0,7	-0,6	2,8	3,6	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuíram 0,2% e 0,4% em termos homólogos reais (+0,1% e variação nula, respetivamente, no 1.º trimestre). De entre as principais economias, destaca-se, o abrandamento registado na Alemanha e em França e uma quebra em Itália, Espanha e Reino Unido.

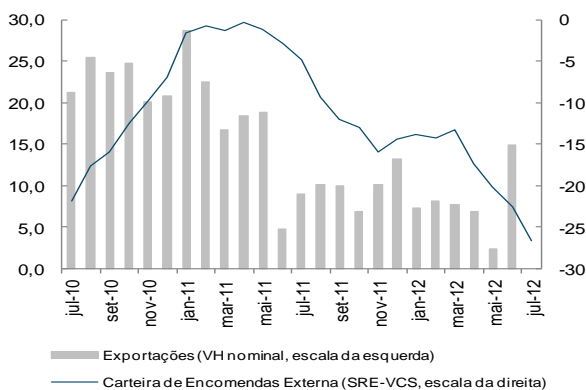
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 2.º trimestre de 2012 indicam uma deterioração tanto da produção industrial como das vendas a retalho, as quais apresentaram uma quebra mais significativa do que no trimestre precedente; enquanto as exportações aumentaram 8% em termos homólogos nominais (7,7% no 1.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

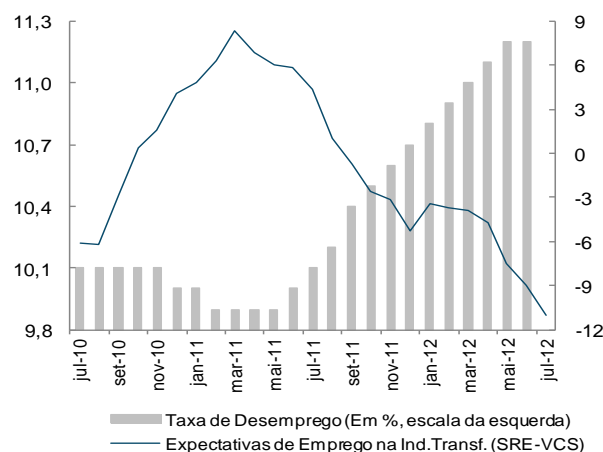
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,7	1,4	0,8	0,1	-0,2	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	104,6	97,5	92,6	93,3	91,3	93,2	90,4	90,4	89,0
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,7	1,3	0,7	0,0	-0,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	105,2	98,4	93,6	94,1	91,1	92,9	90,5	89,9	87,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	3,8	3,8	-0,2	-1,6	-2,4	-2,6	-2,5	-2,0	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,5	-0,4	-0,6	-1,4	-1,2	-1,5	-2,8	-0,4	-1,1	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	9,9	10,2	10,6	10,9	11,2	11,1	11,2	11,2	:
IHPC	VH	"	2,7	2,8	2,7	2,9	2,7	2,5	2,6	2,4	2,4	2,4

Em julho de 2012, o indicador de sentimento económico diminuiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da descida de todos os indicadores de confiança, tendo, porém, sido mais pronunciada para os empresários dos serviços, no caso da UE e, para os empresários da indústria e para os consumidores, no caso da AE.

No 2.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE para 10,4% e 11,2% (10,1% e 10,9%, respetivamente, no 1.º trimestre).

Em julho de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora e do comércio a retalho; enquanto apresentaram uma melhoria para os serviços e para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



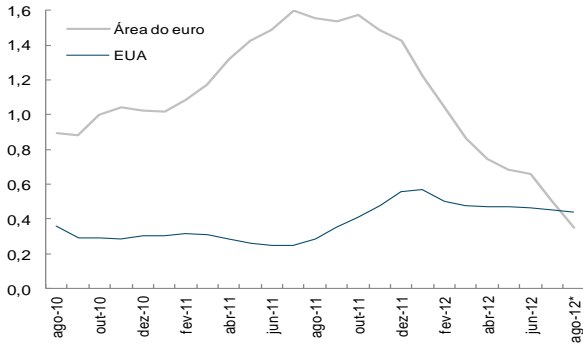
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2012, a taxa de inflação da área do euro manteve em 2,4% em termos homólogos e, em 2,7% em termos de variação dos últimos 12 meses. Esta evolução resultou da aceleração do preço dos bens industriais não energéticos, compensada pela descida da taxa de variação homóloga do preço dos bens alimentares.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em agosto de 2012 e até ao dia 23, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido mais acentuada para a área do euro. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,35% (0,51%, em julho) e a dos EUA em 0,44% (0,45% em julho).

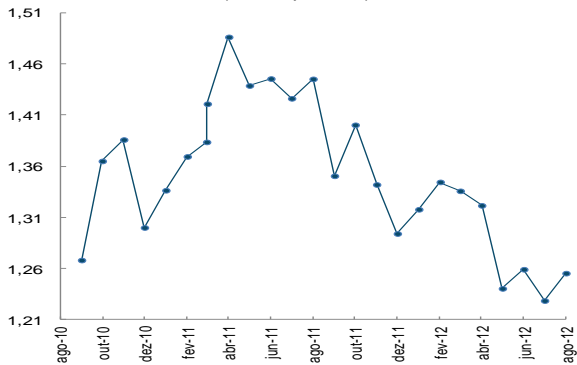
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 23.

Em julho de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, apesar da descida ter sido mais significativa para a área do euro, traduzindo o aumento da incerteza face às perspetivas económicas mundiais e o acréscimo da aversão ao risco sentido pelos investidores. As taxas de juro de Espanha atingiram um nível historicamente elevado, devido ao aumento da sua dívida pública e o acesso limitado ao financiamento.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

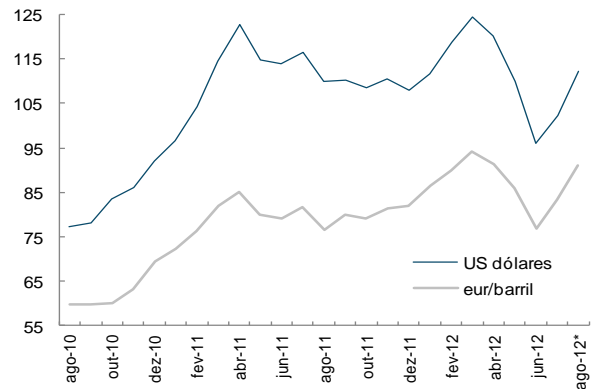


Fonte: Banco de Portugal. Para agosto, o valor é do dia 23.

Em agosto e, até dia 23, registou-se uma apreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar, tendo atingido no dia 23 (1,26). Para esta tendência deve ter contribuído a possível implementação de medidas por parte das instituições europeias, no curto prazo, no sentido da resolução da crise da dívida soberana da área do euro.

Em julho de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 77,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em agosto de 2012, e até dia 23, o preço do petróleo Brent continuou a subir para se situar, em média, em 112 USD/bbl (91 €/bbl), refletindo o ressurgimento de tensões geopolíticas em torno do Irão e a redução da oferta de petróleo.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 23.

Em julho de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 11,5% em termos homólogos (-14,6% em junho), abrangendo a generalidade dos produtos, com destaque para os produtos agrícolas (associado sobretudo à seca dos EUA) e à forte subida dos preços dos produtos alimentares.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,55	1,36	0,78	0,66	0,71	0,67	0,66	0,39
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	3,21	2,43	2,05	2,04	1,82	2,05	1,80	1,62	1,53
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,51	4,30	4,53	4,39	4,27	4,24	4,28	4,30	4,16
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,445	1,350	1,294	1,336	1,259	1,32	1,24	1,26	1,23
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	0,8	-12,1	12,0	8,1	-2,5	0,0	-6,2	3,9	1,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-2,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	-6,9	-8,1	6,9	2,7
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	117,04	112,18	108,94	118,21	108,78	120,26	109,98	96,10	102,33
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	47,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	-2,0	-4,1	-15,5	-12,2
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	30,2	33,4	25,8	17,3	4,2	7,60	7,62	-2,97	1,97
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	82,9	78,3	81,2	87,7	86,5	93,5	86,3	79,8	77,4

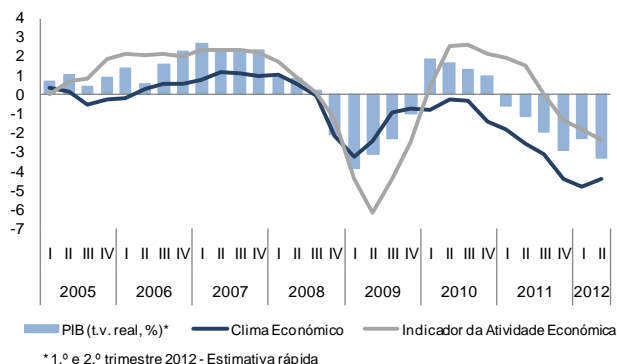
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

A estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2012 aponta para uma variação homóloga de -3,3% do PIB (-2,3% no 1.º trimestre). Este movimento deveu-se a um contributo negativo da procura interna, sendo de realçar a má performance do investimento, não compensada pelo contributo positivo da procura externa líquida.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico

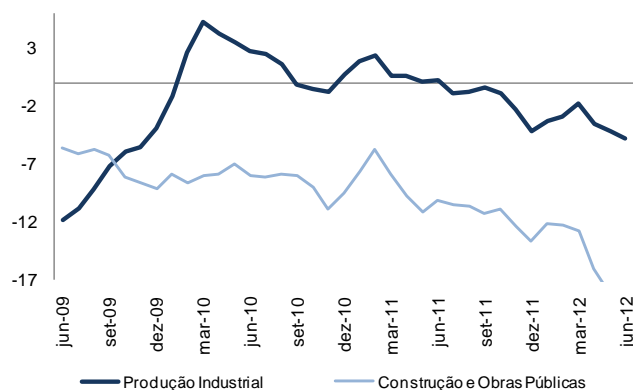


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 2.º trimestre mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 4,8%, e o índice de volume de negócios desceu 4,7% (-1,7% e 0,5% respetivamente no 1.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -19,2%, -6,4 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -10,9%, -1,7 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou variação de -5,7%, inferior em 0,9 p.p. face ao valor observado no 1.º trimestre.

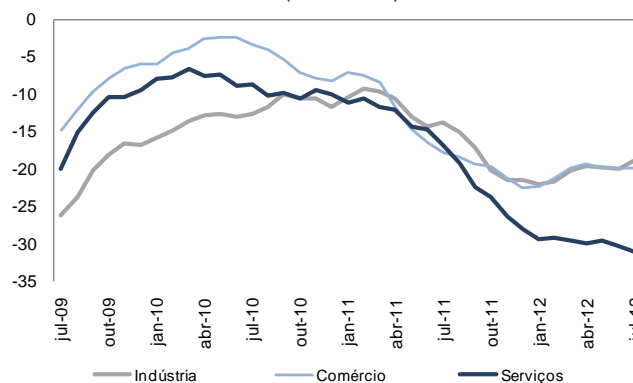
Figura 2.2. Índice de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Os indicadores de confiança da indústria transformadora e do comércio registaram ligeiras melhorias em julho, tendo-se observado uma deterioração deste indicador nos serviços e na construção e obras públicas.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

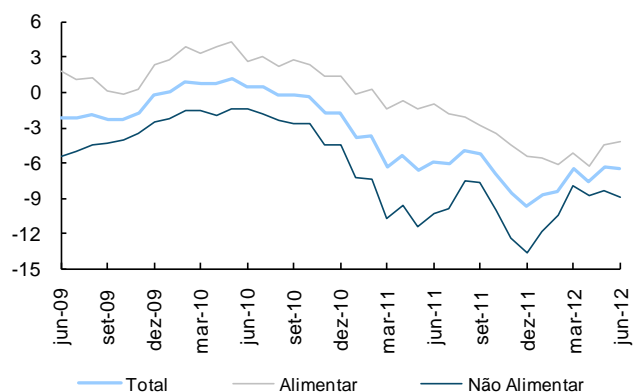
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-2,0	-2,9	-2,3	-3,3	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-3,1	-4,4	-4,8	-4,4	-4,7	-4,6	-4,4	-4,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-17,1	-21,6	-20,2	-19,9	-18,9	-21,5	-19,3	-20,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-19,2	-22,4	-19,9	-19,9	-19,2	-21,4	-19,3	-18,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-22,5	-28,1	-29,6	-30,3	-29,7	-28,4	-32,8	-32,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-59,3	-65,3	-68,8	-71,5	-70,7	-72,7	-71,2	-71,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-0,4	-4,2	-1,7	-4,8	-5,9	-4,6	-3,9	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	4,7	0,0	0,5	-4,7	-8,0	-2,1	-4,1	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-6,2	-12,3	-9,2	-10,9	-12,0	-9,8	-11,0	:

Nota: valores PIB 1.º e 2.º trimestre de 2012 – Estimativa rápida do INE.

Consumo Privado

No 2.º trimestre, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) estabilizou em termos homólogos face ao 1º trimestre em -6,5%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

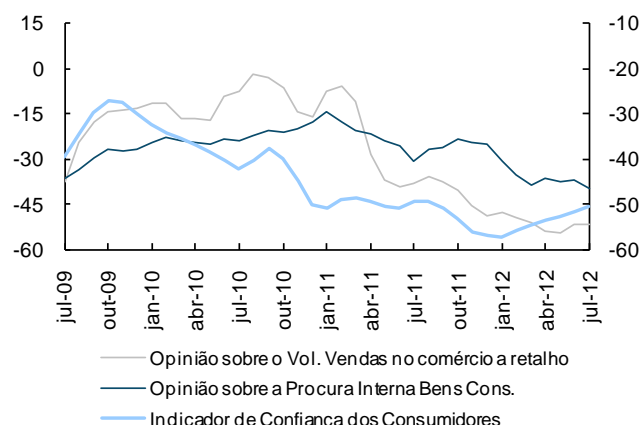


Fonte: INE.

No mês de julho verificou-se uma ligeira deterioração quer da confiança dos empresários no comércio a retalho, quer do sentimento dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria.

O indicador de confiança dos consumidores aumentou em julho face à média dos três meses anteriores prolongando a recuperação iniciada em fevereiro do presente ano. Para esta evolução contribuíram todas as componentes do indicador, com especial destaque para as perspetivas sobre a evolução da situação financeira das famílias.

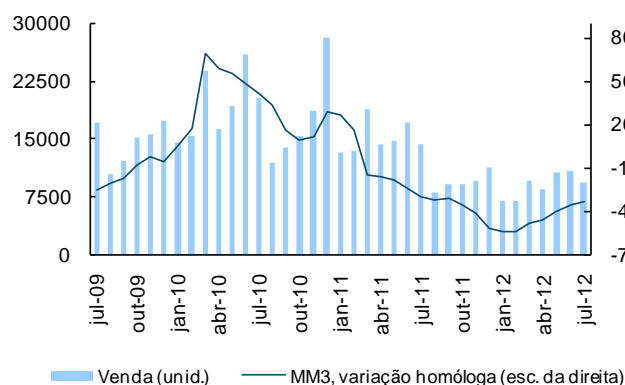
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em julho de 2012 comercializaram-se aproximadamente 9,2 mil veículos automóveis, o que representa uma contração de 35,1% face ao período homólogo (+1,9 p.p. que em junho).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012		2012			
				2T	3T	4T	1T	2T	Abr	Mai	Jun	Jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,4	-3,5	-6,6	-5,6	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-51	-57	-54	-52	-53	-52	-49	-50
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-39	-38	-49	-51	-52	-51	-55	-49	-51
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,8	-5,3	-9,7	-6,5	-6,5	-9,8	-4,4	-5,2	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,0	-2,8	-5,5	-5,2	-4,2	-8,2	-1,6	-2,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,3	-7,6	-13,7	-7,9	-8,9	-11,5	-7,3	-7,6	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-24,7	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-41,7	-27,5	-37,0	-35,1
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	-2,7	-0,8	-6,5	-5,1	-3,3	-8,2	-2,6	1,0	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

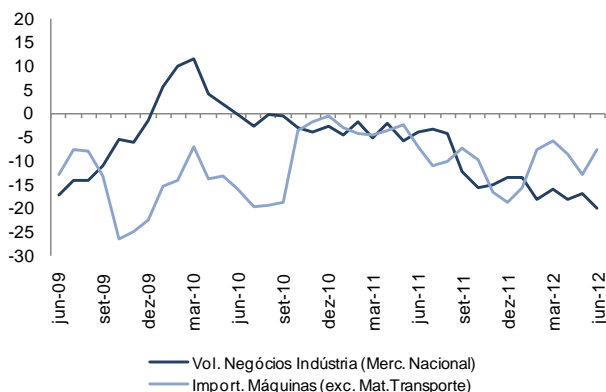
Investimento

O indicador de FBCF apresentou uma variação homóloga de -18% no 2.º trimestre de 2012 (-4,0 p.p. face ao 1.º trimestre), sendo esta quebra explicada em grande parte pela componente de construção.

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2012, mostram que:

- as licenças de construção de fogos desceram 36,4% (-5,2 p.p. face ao valor do 1.º trimestre);
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional agravou-se 3,8 p.p. face ao 1.º trimestre.;
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte desceram 1,9 p.p. face ao 1.º trimestre.

Figura 2.7. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

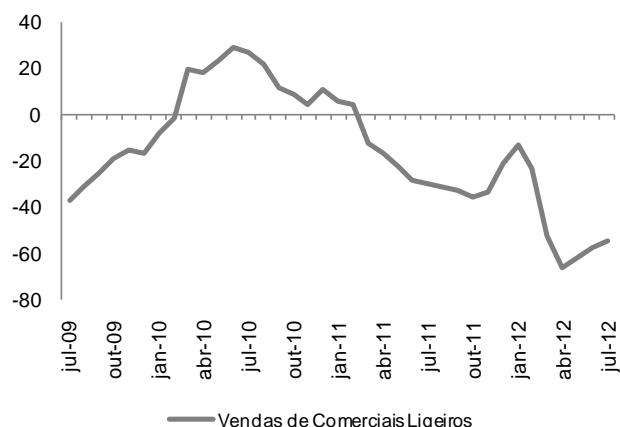


Fonte: INE.

De acordo com os dados disponíveis para o mês de julho:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra homóloga de 54,8% (+2,6 p.p. comparando com o 2.º trimestre).

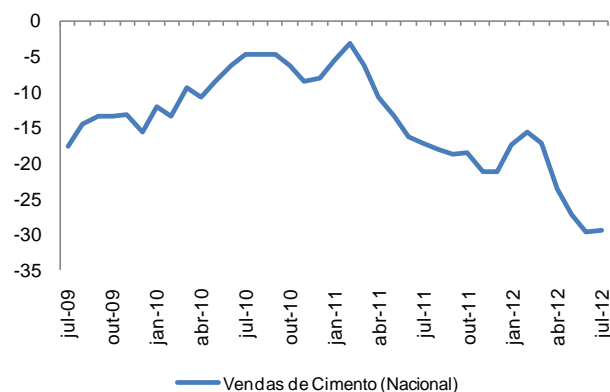
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

- as vendas de cimento diminuiram 28,1%, em termos homólogos (+1,6 p.p. comparando com os valores verificados no 2.º trimestre).

Figura 2.9. Vendas de Cimento
(VH, MM3)



Fonte: INE..

- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso deteriorou-se ligeiramente.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012		2012			
				3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-13,5	-23,8	-12,8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-12,1	-15,7	-12,2	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-12,2	-14,6	-14,0	-18,0	-16,9	-17,6	-18,0	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-18,6	-21,1	-17,1	-29,7	-29,0	-30,2	-29,8	-28,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-32,7	-20,9	-52,5	-57,4	-63,1	-55,9	-53,4	-54,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-41,0	-48,4	-44,8	-50,2	-68,8	-31,6	-42,5	-11,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-45,9	-56,6	-47,2	-45,3	-47,1	-51,2	-37,4	-37,2
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,1	-30,5	-30,6	-31,2	-36,4	-36,5	-27,5	-47,1	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-7,3	-18,9	-5,8	-7,7	-16,0	-8,2	1,8	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de I	VH	"	-7,0	-12,4	-13,5	-16,2	-20,0	-21,6	-17,3	-21,2	:

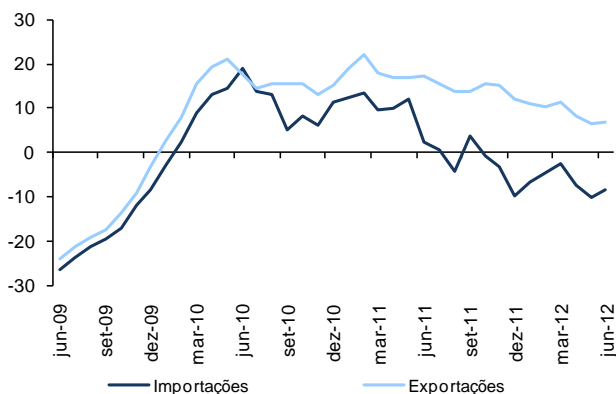
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional

Contas Externas

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no 2.º trimestre de 2012, e em termos homólogos:

- as exportações de bens desaceleraram 4,7 p.p. face ao 1.º trimestre, tendo registado um crescimento de 6,8%. A componente extracomunitária aumentou 19,7%, um a redução de 13,1 p.p. face aos 32,9% registados no 1.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário continuam a abrandar (2,4%, menos 2,6 p.p. face ao 1.º trimestre);
- as importações de bens registaram uma quebra de 8,3% (-2,4% no 1.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 7,5%, sendo que o mercado extracomunitário diminuiu 10,1% (-7,7% e 14,3% no 1.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

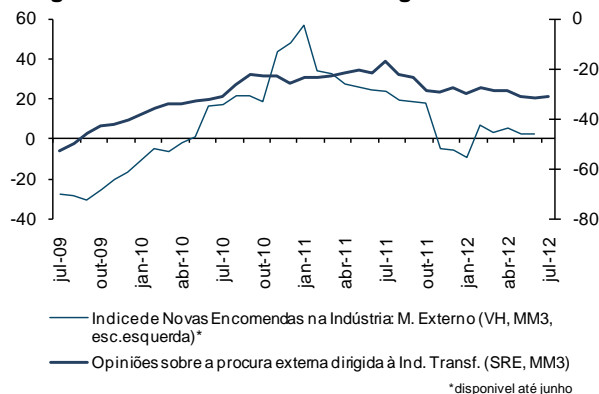


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo cresceram 2,4%, em termos homólogos no 2.º trimestre terminado em maio (-0,6 p.p. face ao 1.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa melhoraram ligeiramente no trimestre terminado em julho.

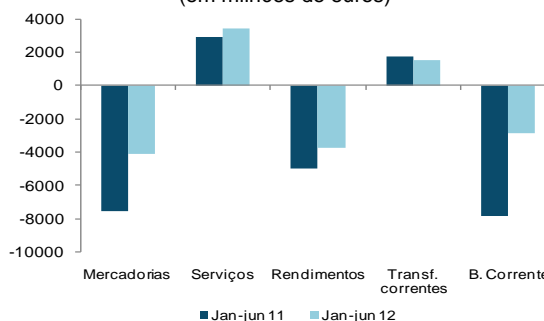
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até junho de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2 892 milhões de euros, o que representa uma redução de 4 953 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em quase todos os saldos (a exceção é a balança de transferência correntes cujo saldo desceu 218 milhões de euros), com destaque para a diminuição de 3 399 milhões de euros no défice da balança de mercadorias, e um aumento de 500 milhões de euros no excedente da balança de serviços. Destaque ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 1 272 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O défice conjunto das balanças corrente e de capital reduziu-se em 5 663 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011			2012		2012			
					2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,6	8,8	6,7	6,6	7,9	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-4,3	-2,8	-12,8	-4,0	:	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	4,9	3,8	1,2	1,5	:	:	:	:	:
Necessid. de financiam. da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-7,8	-5,3	0,3	-2,5	:	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,1	17,3	13,7	12,0	11,5	6,8	8,4	2,9	8,2	9,2
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	1,2	2,4	3,9	-9,7	-2,4	-8,3	-8,4	-12,7	-9,1	-2,4

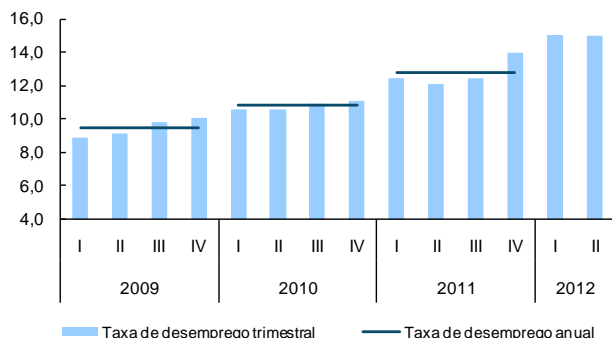
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Jun	Jan-jun 11	Jun	Jan-jun 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-14 204	-15 953	-1 047	-7 139	- 98	-1 476	5 663
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 226	-18 406	-1 495	-7 543	- 729	-4 144	3 399
Saldo Balança de Serviços	"	"	3 912	5 019	448	2 918	499	3 418	500
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-3 880	-6 316	- 434	-4 992	- 379	-3 720	1 272
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 270	2 516	338	1 772	187	1 554	- 218

* Valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

No 2.º trimestre de 2012, de acordo com os dados do INE, a taxa de desemprego foi de 15% (+0,1 p.p. que o trimestre anterior). Este valor é superior em 2,9 p.p. ao do trimestre homólogo de 2011. No que diz respeito ao emprego, assistiu-se no 2.º trimestre a uma diminuição homóloga de 4,2%, à semelhança do que tinha acontecido no 1.º trimestre do corrente ano.

Figura 2.13. Taxa de Desemprego (%)

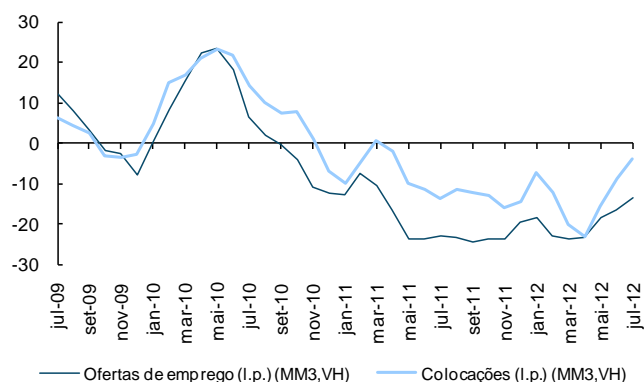


Fonte: INE.

De acordo com os dados do IEFP os desempregados registados no final de julho ascenderam a 655 mil pessoas, o que representa um aumento de 1,5% face ao mês de junho. Em termos absolutos observou-se em julho a mais 9,39 mil desempregados do que em junho do ano corrente e a um aumento de mais 131 mil desempregados do que em julho do ano anterior.

O número de ofertas de emprego em julho sofreu uma contração face ao mesmo período do ano anterior de 10,2% (-1,5 p.p. que o mês de junho). Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de julho foi de 8 606 (mais 220 ofertas que o mês de junho), prolongando a recuperação que se iniciou em fevereiro (apenas 5 705 ofertas).

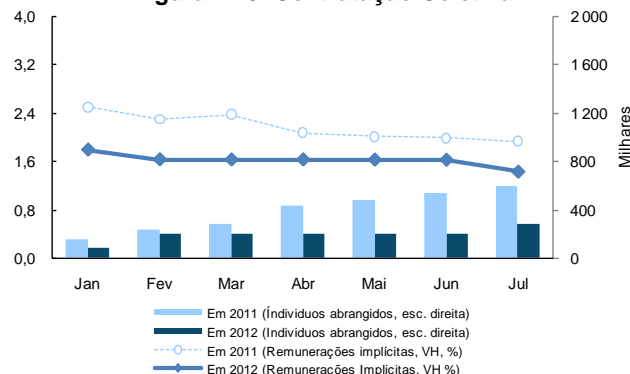
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações registadas em julho ascenderam a cerca de 5,4 mil colocações, o que representa um crescimento homólogo de 0,4%.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em julho ascendeu aos 286,2 mil trabalhadores (menos 313 mil trabalhadores do que em julho de 2011). Ao comparar este valor com o mês anterior isto significa aproximadamente mais 77,9 mil trabalhadores abrangidos do que em junho. A variação média anual da remuneração implícita convencionada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em julho foi 1,4% (face à variação de 1,6% verificada desde fevereiro).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

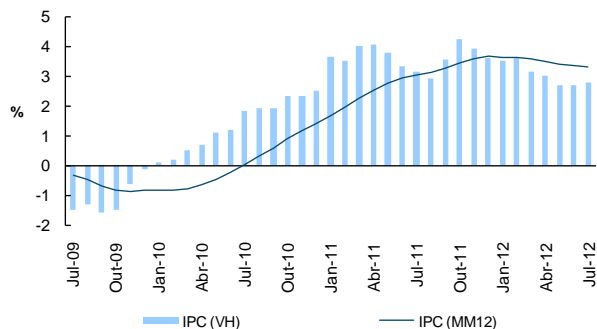
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012		2012			
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	14,9	15,0	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	:	:	:	:	:	-4,2	-4,2	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	19,8	24,5	21,0	20,8	24,5	25,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	19,8	14,7	15,2	12,6	16,4	13,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,6	-16,4	-20,0	-20,1	-8,8	-10,2
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,9	-0,8	0,8	-1,7	1,5	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,1	2,7	2,8	2,0	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em julho o Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,8% (2,7% no mês de junho). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação nula (face aos -0,2% verificados em junho). Por seu lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 3,3%, conforme já se tinha verificado em junho de 2012.

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

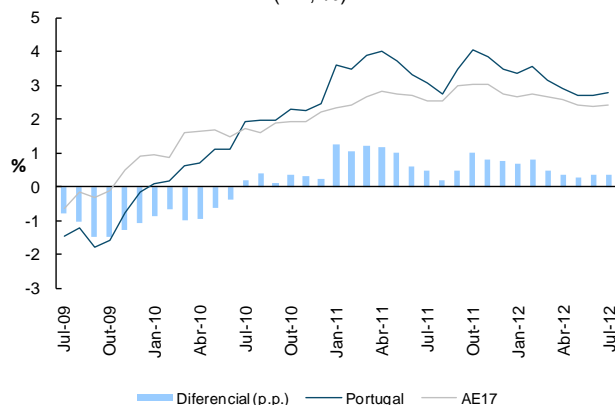
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de julho, destaca-se a classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 1,19 p.p. e, com menor expressão a contribuição de 0,72 p.p. dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas.

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em julho crescimentos homólogos de 2,4% e 3,2% respetivamente, taxas iguais às registadas no mês anterior.

No mês de julho a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) situou-se nos 1,3%, menos 0,2 p.p. que o mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente foi de 1,5 p.p., face aos 1,2 p.p. verificados no mês de junho.

No mês de julho de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,8%, mais 0,1 p.p. que o mês de junho. Por seu lado, a variação homóloga do IHPC da zona euro manteve-se em 2,4%. O diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro foi assim de 0,4 p.p., à semelhança do observado em junho de 2012.

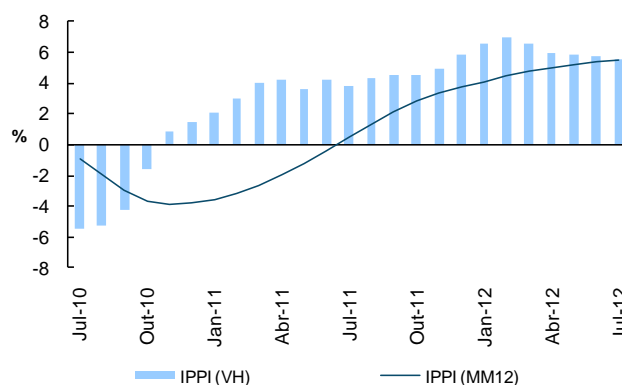
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, %)



Fonte: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em julho uma variação homóloga de 3,0% (+0,3 p.p. que o mês anterior). Por sua vez, a variação mensal situou-se nos 0,5% (-0,7% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: Eurostat.

Para a evolução observada em julho destacam-se fundamentalmente os contributos dos agrupamentos industriais dos bens de consumo não duradouros e da energia, com crescimentos de 1,6% e 8,2% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 5,5%; e de 13,2% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

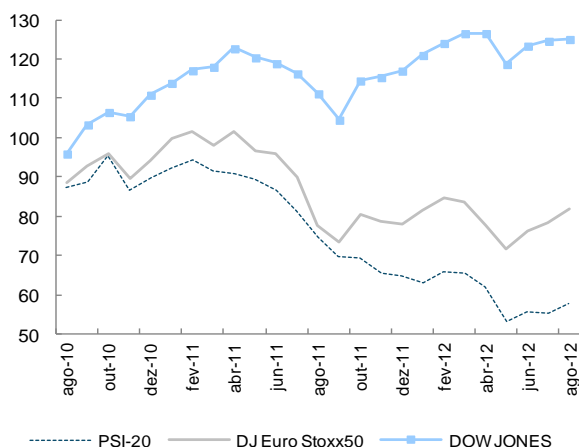
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012						
				Nov	Dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,1	0,0	0,5	0,1	1,2	0,3	-0,4	-0,2	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,9	3,6	3,5	3,6	3,1	3,0	2,7	2,7	2,8
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,6	3,7	3,6	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3
IPC - Bens	VH	"	4,3	5,0	4,3	3,9	3,7	3,2	3,0	2,4	2,4	2,4
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,2	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2
IPC Subjacente*	"	"	2,3	2,1	2,3	2,1	2,2	1,9	1,7	1,6	1,5	1,3
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	5,2	4,4	4,6	4,2	3,7	3,6	3,2	2,7	3,0
IHPC	"	"	3,5	3,8	3,5	3,4	3,6	3,1	2,9	2,7	2,7	2,8
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais apresentaram uma evolução favorável desde finais de junho associados sobretudo às expectativas positivas criadas em torno da tomada de medidas concretas por parte do BCE e das instituições europeias para a resolução da crise do euro. Assim, em agosto de 2012 e, em média até ao dia 23, o índice *Euro Stoxx50* e o *Dow Jones* subiram 4,1% e 1,1%, respetivamente, face ao final de julho.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

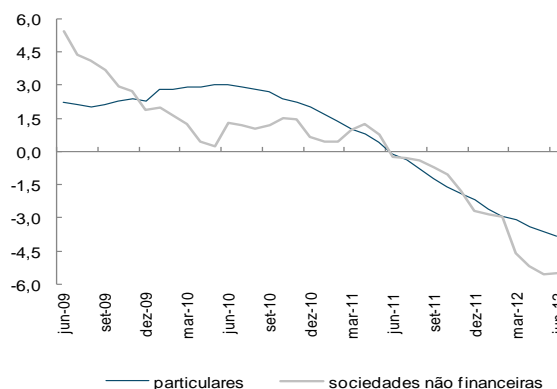


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para agosto, o valor é do dia 23.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também evoluiu favoravelmente. De facto, em agosto e, em média até ao dia 23, o índice PSI-20 subiu 2,8% face ao final do mês de julho.

Em junho de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu 4,5% (igual à do mês precedente). Esta evolução refletiu, por um lado, uma ligeira melhoria do crédito atribuído às empresas não financeiras (tendo a taxa de variação sido menos negativa do que no mês anterior) e, por outro, uma deterioração do crédito destinado às famílias, prosseguindo a tendência dos últimos meses.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

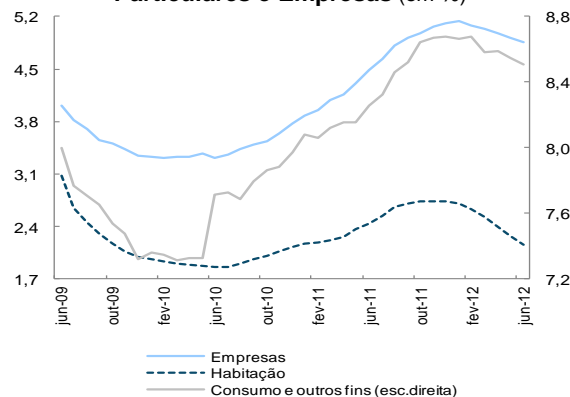


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, tendo, no entanto, esta tendência sido mais pronunciada para o crédito ao consumo, o qual apresentou uma variação negativa de 9,0% em junho (-8,6% em maio).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 2,16% em junho (2,27% em maio de 2012).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

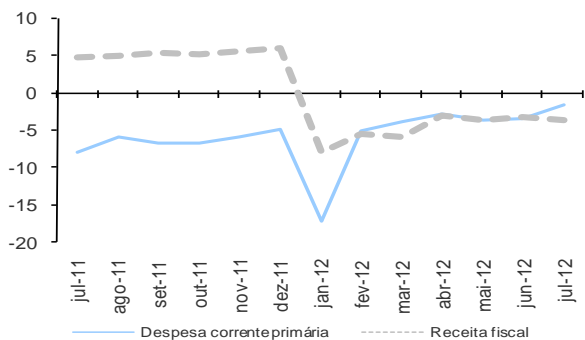
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012						
				nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	13,5	12,9	14,3	13,3	11,3	10,4	11,7	9,9	11,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	1120	1111	1251	1154	955	874	1033	840	960
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-5,7	-0,8	-3,1	4,8	-0,5	-5,7	-13,8	4,1	-0,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-1,3	-1,6	-1,9	-2,2	-2,4	-2,7	-2,9	-3,0	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-5,7	-5,8	-7,0	-7,4	-7,4	-8,2	-8,6	-9,0	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-1,8	-2,7	-2,9	-3,0	-4,6	-5,2	-5,6	-5,5	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,73	2,74	2,73	2,71	2,63	2,53	2,39	2,27	2,16	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	5,12	5,06	5,12	5,14	5,08	5,04	4,97	4,92	4,86	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até julho, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 3979,9 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2583,3 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 40,6 milhões de euros, melhorando 3153,4 milhões de euros face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



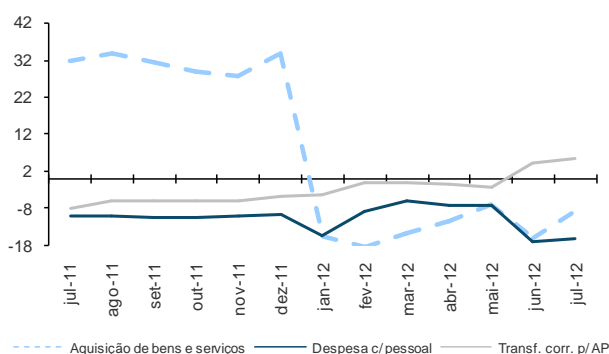
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 3,5%, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-15,6%), do imposto sobre veículos (-45,1%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-7,9%), do IVA (-1,1%), do imposto sobre o tabaco (-12,7%) e do imposto de selo (-7,3%). O IRS registou um aumento de 5,9%, em desaceleração face ao mês anterior em resultado do efeito nas retenções na fonte da suspensão do pagamento dos subsídios de férias aos funcionários públicos, e os outros impostos diretos aumentaram 347,9%, justificado pelo RERT III. A receita não fiscal registou um crescimento de 127,5%, refletindo a transferência da segunda parcela referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, no montante de 2687,1 milhões de euros, a receita proveniente do leilão de frequências 4G, no valor de 272,0 milhões de euros, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros justificado principalmente pela redução dos dividendos pagos pelo Banco de Portugal; e
- um decréscimo da despesa total em 0,7% e da despesa primária em 3,2%. Este comportamento reflete principalmente o impacto na despesa com pessoal da suspensão de pagamento do subsídio de férias e nas transferências de capital do efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a con-

cessionárias de infraestruturas rodoviárias, que mais que compensa a transferência para a RTP para a amortização de passivos financeiros. Com efeito no aumento da despesa é de referir, fundamentalmente, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida e o aumento das transferências correntes com o objetivo de regularizar dívidas de anos anteriores do SNS e de suportar os encargos com pensões do regime substitutivo dos bancários pagos pela Segurança Social.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de julho, a dívida direta do Estado situava-se em 188,3 mil milhões de euros, aumentando 1244,4 milhões de euros face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, principalmente, à emissão de um empréstimo do FEEF, no valor nominal de 2600 milhões de euros, e à emissão líquida de BT, em 369,0 milhões de euros. O aumento do saldo foi parcialmente compensado pela amortização antecipada da OT5,45%Set13, no valor nominal de 128 milhões de euros, à amortização do BND EUR Jul12, em 932,7 milhões de euros, do FRN USD Ago12, em 11,2 milhões de euros, de outros instrumentos de curto prazo, em 469,5 milhões de euros, da diminuição do stock de CEDIC, em 417,1 milhões de euros, e de CA, em 198,0 milhões de euros. É de referir, ainda, que foi efetuada uma operação de refinanciamento pelo FEEF, em 1020 milhões de euros, por um prazo de 15 anos. As variações cambiais no mês contribuíram para um aumento do saldo da dívida em 409,3 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	30-jun-12				jul-12				31-jul-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	
Transacionável	113 809	3 205	3 868	51	113 196				
Bilhetes do Tesouro	15 646	3 163	2 794	0	16 015				
Obrigações do Tesouro	93 777	0	128	1	93 650				
Não Transacionável	17 859	3 363	4 467	0	16 755				
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 521	44	226	0	11 339				
CEDIC e CEDIM	5 252	3 319	3 731	0	4 839				
Prog. de Ajustamento Económico	55 391	3 620	0	359	58 352				
Total	187 059	10 188	9 353	410	188 303				

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011		2012		2012			
	jan a jul		jan a jul		abr			
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	20786	23165	52,1	55,1	-2,2	-2,3	13,2	11,4
Receita corrente	20521	19943	53,1	51,7	-2,3	-2,4	-2,2	-2,8
Impostos diretos	7380	7262	50,5	50,3	3,3	0,3	0,4	-1,6
Impostos indiretos	11038	10516	55,8	50,8	-6,7	-5,9	-5,2	-4,7
Despesa Total	27349	27145	54,5	56,2	2,6	2,0	-2,2	-0,7
Despesa corrente primária	22048	21690	54,7	56,6	-2,8	-3,7	-3,5	-1,6
Despesa corrente	25418	25629	54,4	56,2	1,0	0,8	-0,3	0,8
Despesa com pessoal	5864	4922	56,2	55,9	-7,1	-7,2	-16,9	-16,1
Aquisição bens e serviços	831	758	39,9	40,1	-11,6	-7,1	-16,0	-8,8
Subsídios	116	117	18,7	38,4	-77,6	-73,3	-71,8	0,9
Juros	3369	3939	52,9	53,7	57,9	80,1	19,9	16,9
Transferências corr. p/ AP	13352	14052	56,7	58,3	-1,7	-2,5	4,2	5,2
Saldo Global	-6563	-3980	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3194	-41	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até julho, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 1053,4 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 66,2 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 3,0%, explicado principalmente pela diminuição das transferências de capital justificada pelo efeito base, em 2011, relativo à incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA e das transferências para outras entidades das administrações públicas, e, ainda, da receita das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias. Em sentido contrário, salienta-se o acréscimo das transferências do OE para o SNS, em resultado do OE retificativo, e para a CGA, para pagamento de encargos com pensões, e das outras receitas correntes, em resultado da venda de bens e serviços do SNS e do rendimento de propriedade devida às operações do FRDP; e
- um decréscimo da despesa em 3,8%, explicada pelas outras transferências correntes e despesas com o pessoal em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas e trabalhadores, respetivamente, e, ainda, pelas outras transferências de capital justificado pelo impacto em 2011 da cessação de créditos realizada pela CGA e pela diminuição de encargos com organizações internacionais da Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P.. Em sentido oposto, é de referir o aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços em resultado da regularização extraordinária de pagamento de dívidas de anos anteriores aos fornecedores pelo SNS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos(excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a jul		jan a jul		jun	jul	jan a jul	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corríg. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros	Exec. face OE corríg. (%)
Receita Total	13 808	13 392	52,5	54,1	0,5	-3,0	1763	50,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 210	1962	53,3	56,5	-4,4	-11,2	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	8 777	9 029	54,7	56,6	4,9	2,9	259	62,3
Despesa Total	12 821	12 339	49,1	51,9	-5,1	-3,8	2 268	48,1
Despesa com pessoal	1614	1362	51,5	52,4	-16,3	-15,6	394	57,4
Aquisição de bens e serviços	4 500	4 646	50,0	49,4	-3,5	3,2	384	48,4
Transferências correntes	5 774	5 503	51,7	57,4	1,1	-4,7	16	67,5
Saldo Global	987	1053	-	-	-	-	- 505	-

Fonte: DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até julho, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 504,8 milhões de euros, agravando-se 32,3 milhões de euros face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pelo investimento realizado pela Parque escolar, E.P.E. na construção e requalificação de edifícios escolares e pelas Estradas de Portugal, S.A. no âmbito das concessões rodoviárias.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até julho, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 507,7 milhões de euros, que compara com o défice de 163,9 milhões de euros registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 7,6%, justificado pelo recebimento da primeira tranche destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, contemplada no Orçamento Retificativo. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 7,8%, devido à redução das transferências do OE; e
- uma diminuição da despesa em 6,0%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos), das despesas com pessoal, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias e da redução de suplementos remuneratórios, e das outras despesas.

Quadro 2.10. Execução financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011		2012	
	jan a jul		jan a jul	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	4 873	5 244	-6,6	7,6
Transferências do Orçamento do Estado	4723	5047	-6,9	6,9
Prestação de serviços	55	80	17,1	45,2
Outras receitas	95	117	-3,8	22,9
Despesa Total	5 037	4 736	-5,6	-6,0
Despesa com pessoal	564	484	-7,3	-14,2
Subcontratos	4 193	3 965	-5,4	-5,4
Outras despesas	280	287	-4,5	2,5
Saldo Global	- 164	508	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

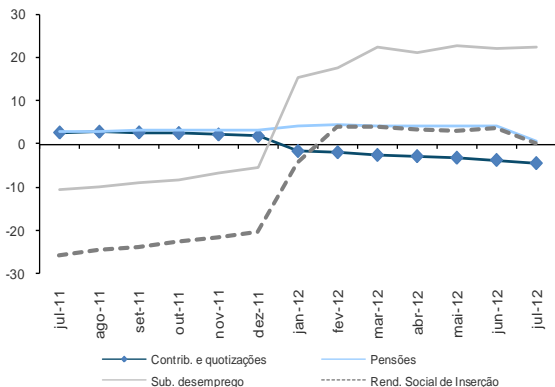
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até julho, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 139,6 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 162,8 milhões de euros face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

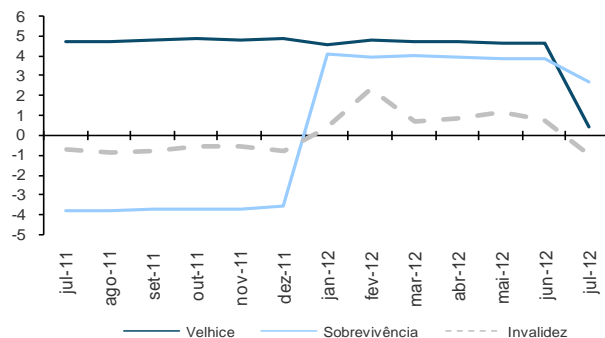
- um acréscimo da receita em 1,8% em resultado da transferência da administração central para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários e das transferências do FSE. Em sentido contrário, salienta-se a queda das contribuições e quotizações (-4,4%); e
- um aumento da despesa em 3,1%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (22,6%) e das pensões de velhice e sobrevivência (0,8%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-10,2%) e das outras despesas correntes (-19,7%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 26,8% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, enquanto os beneficiários das pensões de velhice da Segurança Social diminuíram 1,6% e os beneficiários do subsídio de doença diminuíram 1,9%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



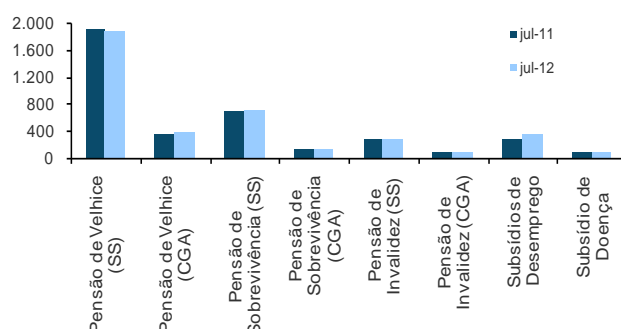
Fonte: DGO.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em julho, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 201,3 milhões de euros, menos 114,9 milhões de euros que no período homólogo. A receita total diminuiu 11,2%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE. A despesa total diminuiu 9,6%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-6,8%), em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas, e, em menor grau, pelo registo em 2011 nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 2,7% nas pensões de velhice e de 1,6% nas pensões de sobrevivência.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2011			2012			2011			2012		
	jan a jul			jan a jul			jan a jul			jan a jul		
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)
Receita Total	13628	13874	1,8	56,6	57,5	5444	4835	-11,2	57,9	57,5		
Contribuições e quotizações	7912	7563	-4,4	56,1	55,6	2207	1959	-11,2	53,3	56,6		
Transferências correntes da Adm. Central	4014	4328	7,8	57,8	60,3	2562	2682	4,7	57,5	63,6		
Despesa Total	13326	13735	3,1	56,3	57,0	5128	4634	-9,6	57,8	57,8		
Pensões	8187	8236	0,6	56,5	56,9	4963	4615	-7,0	57,3	57,9		
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	296	-	-	56,8	-	-	-	-	-		
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1208	1481	22,6	56,9	67,8	-	-	-	-	-		
Prestações e ação social	2472	2449	-0,9	57,2	56,3	-	-	-	-	-		
Saldo Global	302	140	-	-	-	316	201	-	-	-		

Fontes: DGO e GPEARI.

Administrações Públicas

Até julho, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo real de 240 municípios na Administração Local, foi de 3099,8 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 2849,8 milhões de euros, reduzindo-se 2395,7 milhões de euros face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado e, em menor grau, o aumento do excedente dos FSA, tendo a diminuição do excedente da Segurança Social e o aumento do défice da administração regional compensado parcialmente esta diminuição.

Administrações Local e Regional

Administração Local*

Até julho, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 240 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 228,8 milhões de euros, o que corresponde a uma diminuição de 14,9 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face junho, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 16,3%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais, da venda de bens e serviços e dos impostos diretos; e
- um crescimento da despesa total em 18,6%, refletindo, fundamentalmente, a variação das despesas com pessoal, da aquisição de bens e serviços e de bens de capital.

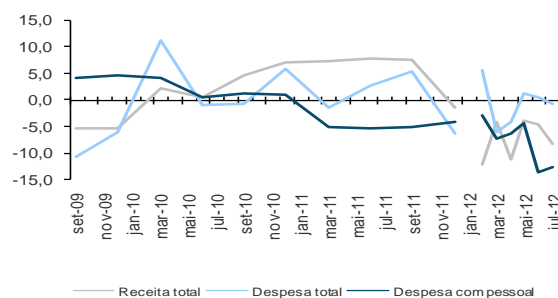
Administração Regional

Até julho, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 62,9 milhões de euros, agravando-se 91,0 milhões de euros em termos homólogos. Este comportamento é explicado pelo agravamento do défice da região autónoma da Madeira (RAM) em 96,9 milhões de euros, uma vez que a região autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 5,9 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 8,2%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas e do resto do mundo; e
- um decréscimo da despesa total em 0,7%, refletindo, o contributos opostos das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 6,8%, enquanto na RAA diminuiu 9,1%. Este comportamento é explicado, essencialmente, pela diminuição das despesas com pessoal e pela aquisição de bens de capital. O comportamento da aquisição de bens e serviços na RAM, das outras transferências correntes e dos juros compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2011		2012	2012		
	jan a jul		VH (%)	jan a jun	jan a jul	VC (%)
	10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		
Receita total	1 203	1 104	-8,2	2 577	2 997	16,3
Impostos	595	544	-8,5	836	911	9,0
Transferências correntes	368	272	-26,1	768	891	16,1
Despesa total	1 175	1 167	-0,7	2 333	2 768	18,6
Pessoal	438	382	-12,7	802	935	16,6
Aquisição de bens e serviços	175	230	31,4	626	743	18,6
Transferências correntes	295	329	11,2	147	174	18,7
Investimento	102	47	-53,7	519	620	19,3
Saldo global	28	- 63	-	244	229	-

Fonte: DGO.

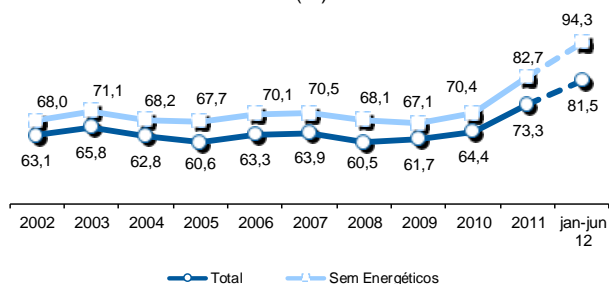
Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro semestre de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,1% enquanto as importações decresceram 5,4% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 40,2%. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações cresceram 6,8% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 9,7% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a junho			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	20.943	22.846	9,1	6,8	10,9
Importações (cif)	29.620	28.033	-5,4	-8,3	-4,3
Saldo (fob-cif)	-8.676	-5.187	-40,2	-45,6	-36,6
(fob-fob)	-7.281	-3.866	-46,9	-53,0	-42,2
Cobertura (fob/cif)	70,7	81,5	-	-	-
(fob/fob)	74,2	85,5	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	19.568	20.891	6,8	5,8	8,7
Importações (cif)	24.532	22.146	-9,7	-9,3	-8,9
Saldo (fob-cif)	-4.963	-1.254	-74,7	-74,0	-62,8
(fob-fob)	-3.808	-211	-94,4	-95,4	-75,7
Cobertura (fob/cif)	79,8	94,3	-	-	-
(fob/fob)	83,7	99,0	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	5.087	6.402	25,8	19,7	23,9
Importações (cif)	7.862	7.932	0,9	-10,1	6,0
Saldo (fob-cif)	-2.775	-1.530	-44,8	-60,4	-30,6
(fob-fob)	-2.404	-1.157	-51,9	-67,7	-36,8
Cobertura (fob/cif)	64,7	80,7	-	-	-
(fob/fob)	67,9	84,7	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº8/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de junho de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros seis meses de 2012, as exportações representaram 81,5% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 10,8 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. *Excluindo os produtos energéticos*, as exportações passaram a representar 94,3% das importações (+14,5 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de junho

janeiro a junho	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	20 943	22 846	9,1
Importações (cif)	29 620	28 033	-5,4
Saldo (fob-cif)	- 8 676	- 5 187	-40,2
Cobertura (fob/cif)	70,7	81,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	15 856	16 445	3,7
Importações (cif)	21 758	20 101	-7,6
Saldo (fob-cif)	- 5 902	- 3 656	-38,0
Cobertura (fob/cif)	72,9	81,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 087	6 402	25,8
Importações (cif)	7 862	7 932	0,9
Saldo (fob-cif)	- 2 775	- 1 530	-44,8
Cobertura (fob/cif)	64,7	80,7	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro semestre de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 38% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 3,7% e as importações a decrescer 7,6%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 44,8% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 520	12,8
fev	4 636	4 607	-0,6	3 314	3 771	13,8
mar	5 475	5 014	-8,4	3 779	4 095	8,4
abr	5 010	4 374	-12,7	3 441	3 539	2,9
mai	5 438	4 943	-9,1	3 701	4 003	8,2
jun	4 607	4 496	-2,4	3 588	3 919	9,2
jul	4 906			3 777		
ago	4 234			2 924		
set	5 100			3 792		
out	4 720			3 779		
nov	4 744			3 857		
dez	4 406			3 253		
1º Trim	14 565	14 221	-2,4	10 213	11 386	11,5
2º Trim	15 055	13 812	-8,3	10 730	11 461	6,8
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 869			10 889		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro semestre de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 9,1%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação positiva foi de 6,8%.

Entre janeiro e junho de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,8 p.p.) e das “Máquinas” (+1,9 p.p.) para o crescimento homólogo das exportações. As “Máquinas” e o “Material de Transporte” continuam a ser os grupos de produtos que maior peso têm nas exportações de mercadorias (15% e 12,9%, respetivamente).

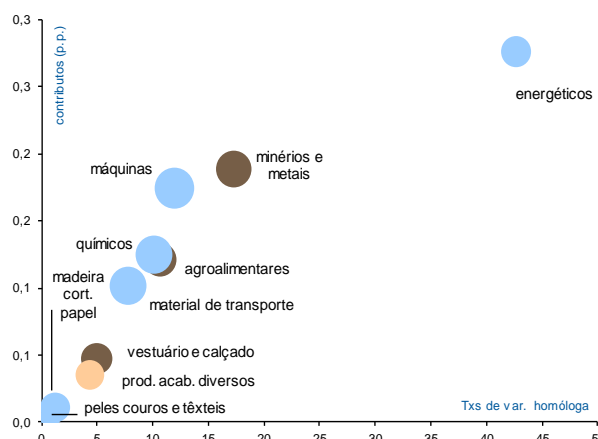
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em junho de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+10,9%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,8 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e Metais” e das “Máquinas” (+1,9 p.p. e +1,7 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Químicos”, “Agroalimentares” e “Material de Transporte”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,3 p.p., 1,2 p.p. e 1 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em junho de 2012
(Total: 10,9%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-jun		Anual		jan-jun		últimos 12 meses ^[1]		jan-jun	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	20 943	22 846	100,0	100,0	100,0	100,0	10,9	10,9	9,1	9,1
000 Agro-Alimentares	2 201	2 405	8,8	11,3	10,5	10,5	10,7	1,2	9,3	1,0
100 Energéticos	1375	1955	5,3	7,3	6,6	8,6	42,7	2,8	42,2	2,8
200 Químicos	2 699	2 841	10,3	12,5	12,9	12,4	10,1	1,3	5,2	0,7
300 Madeira, Cortiça e Papel	1850	1852	8,7	8,5	8,8	8,1	1,2	0,1	0,2	0,0
400 Peles, Couros e Têxteis	963	944	4,9	4,3	4,6	4,1	0,8	0,0	-1,9	-0,1
500 Vestuário e Calçado	1947	2 006	11,1	9,4	9,3	8,8	5,0	0,5	3,0	0,3
600 Minérios e Metais	2 362	2 725	10,5	11,2	11,3	11,9	17,3	1,9	15,4	1,7
700 Máquinas	3 033	3 438	19,7	14,5	14,5	15,0	11,9	1,7	13,4	1,9
800 Material de Transporte	2 852	2 949	13,3	13,1	13,6	12,9	7,7	1,0	3,4	0,5
900 Produtos Acabados Diversos	1661	1731	7,4	7,8	7,9	7,6	4,4	0,4	4,2	0,3
Total sem energéticos	19 568	20 891	94,7	92,7	93,4	91,4	8,7	8,1	6,8	6,3

Por memória:

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2012.

[2] $(\text{jul } 11 - \text{jun } 12) / (\text{jul } 10 - \text{jun } 11) \times 100 - 100$.

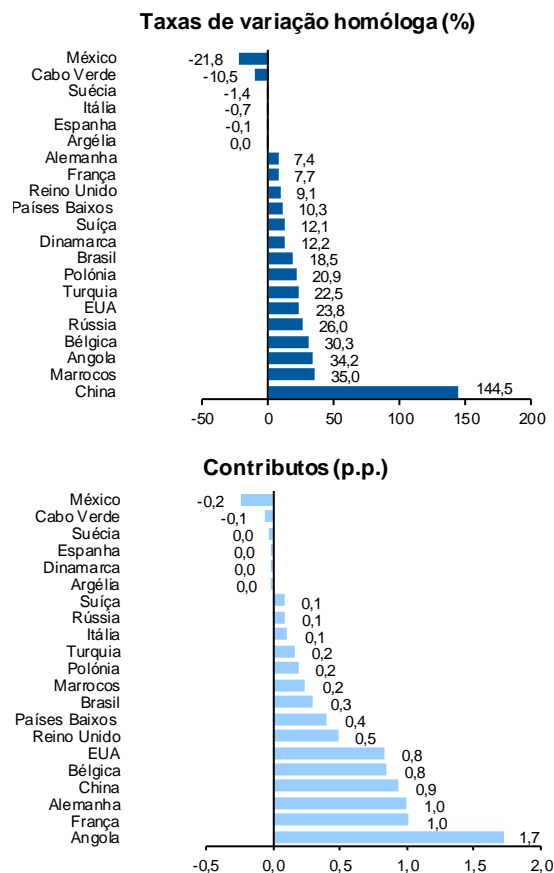
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros seis meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 3,7%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 3,2%, enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 16,9%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 25,8% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+6,3 p.p.).

As exportações de mercadorias para o Reino Unido e para a Bélgica (ambos com +0,6 p.p.) seguidas das exportações para a França (+0,5 p.p.), foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações com destino à UE.

No último ano a terminar em junho de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 6,5%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 6,1%. As exportações com destino à Alemanha (+1 p.p.) e à França (+0,9 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+144,5%), Marrocos (+35%) e Angola (+34,2%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-21,8%) e Cabo Verde (-10,5%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em junho de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jun		anual		jan-jun		12 meses ^[1]		jan-jun	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	20 943	22 846	100,0	100,0	100,0	100,0	10,9	10,9	9,1	9,1
Intra UE-27	15 856	16 445	78,1	74,1	75,7	72,0	6,5	4,9	3,7	2,8
dos quais:										
UE-15	15 225	15 706	76,0	71,0	72,7	68,7	6,1	4,4	3,2	2,3
Espanha	5 391	5 169	28,4	24,9	25,7	22,6	-0,1	0,0	-4,1	-1,1
Alemanha	2 885	2 962	13,0	13,5	13,8	13,0	7,4	1,0	2,7	0,4
França	2 657	2 766	12,5	12,1	12,7	12,1	7,7	0,9	4,1	0,5
R.Unido	1 054	1 183	6,9	5,1	5,0	5,2	9,1	0,5	12,2	0,6
P.Baixos	845	904	3,7	3,9	4,0	4,0	10,3	0,4	6,9	0,3
Itália	830	834	4,1	3,7	4,0	3,6	-0,7	0,0	0,5	0,0
Bélgica	606	728	3,1	3,2	2,9	3,2	30,3	0,8	20,2	0,6
Suécia	233	236	1,1	1,0	1,1	1,0	-1,4	0,0	1,2	0,0
Dinamarca	128	149	0,7	0,6	0,6	0,7	12,2	0,1	16,6	0,1
Alargamento	631	738	2,1	3,1	3,0	3,2	16,8	0,5	16,9	0,5
Polónia	191	207	0,7	1,0	0,9	0,9	20,9	0,2	8,8	0,1
Extra UE-27	5 087	6 402	21,9	25,9	24,3	28,0	23,9	5,9	25,8	6,3
dos quais:										
Angola	958	1312	3,4	5,5	4,6	5,7	34,2	1,7	37,0	1,7
EUA	718	935	5,9	3,5	3,4	4,1	23,8	0,8	30,2	1,0
Brasil	264	288	0,7	1,4	1,3	1,3	18,5	0,2	9,0	0,1
México	217	102	0,4	1,1	1,0	0,4	-21,8	-0,2	-52,8	-0,5
China	156	441	0,6	0,9	0,7	1,9	144,5	1,0	183,3	1,4
Marrocos	192	263	0,5	0,9	0,9	1,2	35,0	0,3	37,4	0,3
Suíça	186	209	0,8	0,9	0,9	0,9	12,1	0,1	12,0	0,1
Argélia	122	183	0,2	0,8	1,0	0,8	0,0	0,0	-13,5	-0,1
Turquia	154	194	0,7	0,7	0,7	0,8	22,5	0,2	26,2	0,2
Cabo Verde	131	110	0,5	0,6	0,6	0,5	-10,5	-0,1	-16,4	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	104	132	0,1	0,6	0,5	0,6	52,5	0,2	27,5	0,1
PALOP	1243	1622	4,3	6,9	5,9	7,1	29,2	1,9	30,5	1,8
EFTA	233	269	1,1	1,1	1,1	1,2	14,3	0,2	15,4	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2012.

[2] (jul 11-jun 12)/(jul 10-jun 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ± 100.

Importações de Mercadorias

Entre janeiro e junho de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,4% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-3,7 p.p.), “Máquinas” e “Minérios e Metais” (ambos com -1 p.p.) para a redução das importações no primeiro semestre.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,7 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (71,7%).

Nos primeiros seis meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 7,6%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento também decresceram (-2%). Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

Em sentido oposto, as importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 0,9%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,1% do total). Seguem-se a China (2,5%) e o Brasil (2,3%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jun		Anual		jan-jun		12 meses ^[1]		jan-jun	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	29 620	28 033	100,0	100,0	100,0	100,0	-4,3	-4,3	-5,4	-5,4
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	4 307	4 159	11,9	13,8	14,5	14,8	1,8	0,3	-3,4	-0,5
100-Energéticos	5 088	5 887	14,1	14,6	17,2	21,0	19,8	3,1	15,7	2,7
200-Químicos	4 735	4 685	13,3	15,2	16,0	16,7	0,2	0,0	-1,0	-0,2
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	1386	1181	4,7	4,6	4,7	4,2	-9,4	-0,4	-14,8	-0,7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	1960	1806	6,8	6,8	6,6	6,4	-6,8	-0,5	-7,9	-0,5
500-Minérios e Metais	2 706	2 407	9,2	8,5	9,1	8,6	-8,1	-0,7	-11,0	-1,0
600-Máquinas [4]	4 379	4 090	20,5	16,4	14,8	14,6	-9,3	-1,5	-6,6	-1,0
700-Material de Transporte [5]	3 513	2 421	13,5	14,1	11,9	8,6	-31,9	-4,0	-31,1	-3,7
800-Prod. Acabados Diversos	1546	1396	6,0	5,9	5,2	5,0	-11,4	-0,6	-9,7	-0,5
Total sem energéticos	24 532	22 146	85,9	85,4	82,8	79,0	-8,9	-7,5	-9,7	-8,1
Mercados de origem										
Intra UE-27	21 758	20 101	77,0	73,0	73,5	71,7	-7,8	-5,9	-7,6	-5,6
dos quais:										
UE-15	21 025	19 383	75,3	70,6	71,0	69,1	-8,0	-5,8	-7,8	-5,5
Espanha	9 251	8 899	30,9	31,6	31,2	31,7	-3,8	-1,2	-3,8	-1,2
Alemanha	3 738	3 251	14,3	12,3	12,6	11,6	-15,6	-2,1	-13,0	-1,6
França	2 105	1846	8,5	6,9	7,1	6,6	-9,8	-0,7	-12,3	-0,9
Itália	1622	1471	5,9	5,4	5,5	5,2	-7,9	-0,4	-9,3	-0,5
Países Baixos	1434	1330	4,8	4,8	4,8	4,7	-8,6	-0,4	-7,3	-0,4
Reino Unido	971	886	4,1	3,3	3,3	3,2	-10,4	-0,4	-8,8	-0,3
Bélgica	817	697	2,8	2,6	2,8	2,5	-15,1	-0,4	-14,7	-0,4
Suécia	332	305	0,9	1,0	1,1	1,1	-5,6	-0,1	-8,0	-0,1
Irlanda	277	272	0,9	1,0	0,9	1,0	3,7	0,0	-1,9	0,0
Alargamento	733	718	1,7	2,4	2,5	2,6	-2,2	-0,1	-2,0	-0,1
Extra UE-27	7 862	7 932	23,0	27,0	26,5	28,3	6,0	1,5	0,9	0,2
dos quais:										
Nigéria	858	414	1,4	2,6	2,9	1,5	-25,1	-0,6	-51,8	-1,5
China	715	692	1,4	2,6	2,4	2,5	-5,4	-0,1	-3,2	-0,1
Brasil	672	648	2,2	2,5	2,3	2,3	23,3	0,5	-3,7	-0,1
Angola	353	855	0,1	2,0	1,2	3,1	184,0	1,9	141,9	1,7
EUA	555	497	1,4	1,9	1,9	1,8	4,8	0,1	-10,5	-0,2
Arábia Saudita	469	480	1,0	1,6	1,6	1,7	30,1	0,4	2,3	0,0
Cazaquistão	340	459	0,6	1,5	1,1	1,6	39,2	0,5	34,9	0,4
Argélia	539	308	1,6	1,3	1,8	1,1	-16,8	-0,2	-42,7	-0,8
Rússia	357	292	1,2	1,0	1,2	1,0	-2,0	0,0	-18,4	-0,2
Índia	295	167	0,4	0,8	1,0	0,6	-30,5	-0,3	-43,5	-0,4
Noruega	300	89	1,2	0,7	1,0	0,3	-55,9	-0,4	-70,3	-0,7
Suíça	180	171	0,6	0,6	0,6	0,6	-4,4	0,0	-4,6	0,0
Japão	175	183	1,0	0,6	0,6	0,7	-3,2	0,0	5,0	0,0
OPEP ^[6]	2 350	2 416	6,3	8,0	7,9	8,6	12,6	0,9	2,8	0,2
EFTA	492	274	1,9	1,4	1,7	1,0	-31,7	-0,5	-44,3	-0,7
PALOP	365	866	0,2	2,1	1,2	3,1	174,3	1,9	137,1	1,7

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2012.

[2] $(\text{jul } 11 - \text{jun } 12) / (\text{jul } 10 - \text{jun } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

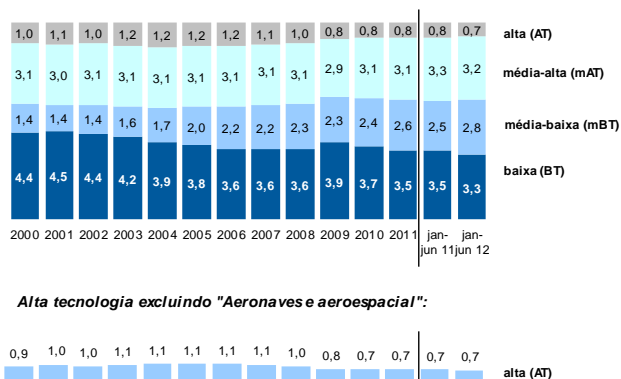
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros seis meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 9,8%. As exportações de produtos de *média intensidade tecnológica* continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (59,5%), sendo os produtos de *média baixa tecnologia* aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (24,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).¹

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



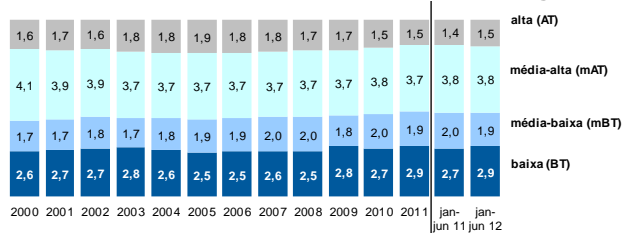
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de *média baixa intensidade tecnológica* foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+6 p.p.).

As exportações dos produtos de *média alta intensidade tecnológica* contribuíram com 2,2 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 11,2%, sendo os produtos de *média alta e média baixa tecnologia* os que mais contribuíram para esta redução (-5,2 p.p. e -3,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	Valores em 1000 Euros												
	2011	janeiro a junho		Taxas variação (%)			% total prod. ind. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)		
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-jun 2012/11	2010	2011	jan-jun		2011	jan-jun 2012	
EXPORTAÇÕES													
Total dos prod. ind. transformados	39 888 142	19 713 685	21 638 348	3,4	15,6	9,8	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	9,8	
Alta tecnologia	3 103 147	1481260	1566 025	-4,4	15,5	5,7	7,8	7,8	7,5	7,2	12	0,4	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	1423 373	1484 573	-5,2	15,2	4,3	7,4	7,4	7,2	6,9	11	0,3	
Média-alta tecnologia	12 460 564	6 407 091	6 842 296	3,5	18,1	6,8	30,6	31,2	32,5	31,6	5,5	2,2	
Média-baixa tecnologia	10 176 413	4 863 707	6 039 002	6,8	21,9	24,2	24,2	25,5	24,7	27,9	5,3	6,0	
Baixa tecnologia	14 148 018	6 961 628	7 191 026	3,2	9,5	3,3	37,4	35,5	35,3	33,2	3,6	1,2	
<i>Por memória:</i>													
Total das Exportações	42 325 641	20 943 344	22 846 345	3,5	15,1	9,1	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	9,1	
Residual ^[3]	2 437 499	1 229 659	1 207 997	5,6	7,6	-1,8	6,2	5,8	5,9	5,3	0,5	-0,1	
IMPORTAÇÕES													
Total dos prod. ind. transformados	45 990 799	23 958 306	21 267 192	-0,4	-2,4	-11,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-11,2	
Alta tecnologia	6 669 401	3 336 431	3 141 242	-5,1	-7,8	-5,9	15,4	14,5	13,9	14,8	-12	-0,8	
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	3 220 949	3 049 206	-4,4	-6,5	-5,3	14,7	14,1	13,5	14,4	-10	-0,7	
Média-alta tecnologia	17 144 597	9 218 735	7 977 971	-0,1	-3,2	-13,5	37,6	37,3	38,5	37,5	-12	-5,2	
Média-baixa tecnologia	8 937 978	4 872 482	4 051 094	-0,4	-4,3	-16,9	19,8	19,4	20,3	19,0	-0,8	-3,4	
Baixa tecnologia	13 238 822	6 530 658	6 096 884	2,1	3,3	-6,6	27,2	28,8	27,3	28,7	0,9	-1,8	
<i>Por memória:</i>													
Total das Importações	57 729 732	29 619 556	28 033 116	0,5	12	-5,4	100,0	100,0	100,0	100,0	12	-5,4	
Residual ^[3]	11 738 933	5 661 250	6 765 924	4,7	17,9	19,5	17,4	20,3	19,1	24,1	3,1	3,7	

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são diretamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respondidas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

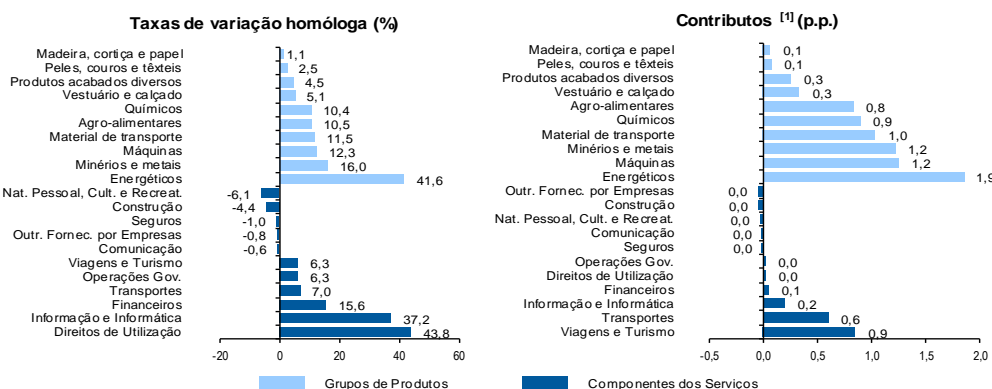
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de maio de 2012, nos primeiros cinco meses de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,6% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (6,4 p.p.).

Nos primeiros cinco meses de 2012, a componente dos Serviços representou 27,1% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,2 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-6,5%) foi de -1,3 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em maio de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+1,9 p.p.) e das “Máquinas” (+1,2 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,9 p.p.) e de Transportes (+0,6 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em maio de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (9,5%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a maio		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro a maio		média anual 05-10	12 meses [1]		janeiro a maio	
	2011	2012	2005	2011	2011	2012		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	24 432	26 033	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	9,5	9,5	6,6	6,6
Bens	17 429	18 986	71,0	69,0	71,3	72,9	3,5	11,4	7,8	8,9	6,4
Serviços	7 003	7 047	29,0	31,0	28,7	27,1	5,5	5,2	1,6	0,6	0,2
Transportes	2 065	2 196	7,1	8,4	8,5	8,4	7,5	7,0	0,6	6,3	0,5
Viagens e Turismo	2 585	2 734	13,2	13,2	10,6	10,5	4,1	6,3	0,9	5,8	0,6
Comunicação	215	217	0,9	0,8	0,9	0,8	0,1	-0,6	0,0	1,0	0,0
Construção	235	196	0,8	0,9	1,0	0,8	5,9	-4,4	0,0	-16,5	-0,2
Seguros	50	47	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-1,0	0,0	-4,8	0,0
Financeiros	98	102	0,4	0,4	0,4	0,4	3,6	15,6	0,1	4,3	0,0
Informação e Informática	145	196	0,3	0,6	0,6	0,8	17,3	37,2	0,2	35,6	0,2
Direitos de Utilização	16	18	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	43,8	0,0	17,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1407	1129	5,2	5,8	5,8	4,3	6,5	-0,8	0,0	-19,7	-1,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	103	111	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	-6,1	0,0	8,6	0,0
Operações Governamentais	86	100	0,3	0,3	0,4	0,4	5,7	6,3	0,0	16,6	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	28 809	26 940	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-5,0	-5,0	-6,5	-6,5
Bens	24 133	22 628	84,9	83,0	83,8	84,0	0,6	-5,8	-4,9	-6,2	-5,2
Serviços	4 676	4 312	15,1	17,0	16,2	16,0	3,4	-1,0	-0,2	-7,8	-1,3
Transportes	1369	1334	4,7	5,0	4,8	5,0	2,1	-0,5	0,0	-2,6	-0,1
Viagens e Turismo	1224	1213	4,2	4,4	4,3	4,5	2,3	-0,8	0,0	-0,9	0,0
Comunicação	182	179	0,6	0,6	0,6	0,7	1,1	-4,4	0,0	-14	0,0
Construção	47	42	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	8,9	0,0	-10,6	0,0
Seguros	98	96	0,3	0,3	0,3	0,4	3,5	-3,7	0,0	-2,0	0,0
Financeiros	227	166	0,3	0,8	0,8	0,6	20,5	23,4	0,1	-26,7	-0,2
Informação e Informática	160	164	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	15,6	0,1	2,7	0,0
Direitos de Utilização	167	157	0,5	0,6	0,6	0,6	4,5	-7,3	0,0	-5,7	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	972	721	3,0	3,6	3,4	2,7	4,9	-6,5	-0,2	-25,9	-0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	192	204	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	0,7	0,0	6,0	0,0
Operações Governamentais	37	36	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-16,1	0,0	-3,9	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até maio de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Privatização da TAP</i></p> <p>Conselho de Ministros de 2 de agosto</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou a operação de privatização da TAP Transportes Aéreos Portugueses, S.A., (TAP)</p> <p>O modelo adotado visa potenciar a participação e o investimento de um ou mais interessados que venham a tornar-se acionistas de referência no capital social da TAP - SGPS, S.A.</p> <p>O processo de reprivatização do capital social da TAP integra duas fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A primeira, constituída por uma ou mais operações de aumento de capital da TAP, a subscrever por um ou mais investidores, bem como pela alienação de ações representativas do capital social da TAP, a um ou mais investidores; - A segunda constituída por uma oferta pública de venda de ações representativas do capital social da TAP. <p>As operações realizadas no âmbito da fase de reprivatização referida em primeiro lugar seguem a modalidade de venda direta a um ou mais investidores que, em resultado da mesma, venham a tornar-se acionistas de referência da TAP- SGPS, S.A.,</p> <p>A fase de reprivatização referida em segundo lugar realiza-se mediante oferta pública de venda de ações representativas do capital social da TAP - SGPS, S.A., reservadas para aquisição por parte dos trabalhadores.</p>
<p><i>Transporte marítimo</i></p> <p>Conselho de Ministros de 2 de agosto</p>	<p>O Governo aprovou um diploma que transpõe uma diretiva comunitária relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e ou à partida dos portos dos Estados-Membros.</p> <p>A aprovação deste diploma tem por objetivo simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos aplicados ao transporte marítimo através da normalização da transmissão eletrónica de informações e da racionalização das formalidades de declaração.</p>
<p><i>Liberalização Sector da Eletricidade</i></p> <p>Conselho de Ministros de 16 de agosto</p>	<p>O Governo aprovou dois diplomas que, transpondo um conjunto de diretivas comunitárias no âmbito do designado «Terceiro Pacote Energético», visam a conclusão do processo de liberalização do sector da eletricidade</p> <p>Estes diplomas estabelecem os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade</p>
<p><i>Liberalização Sector do Gás</i></p> <p>Conselho de Ministros de 16 de agosto</p>	<p>O Governo aprovou dois diplomas que estabelecem os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como ao exercício das atividades de receção, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gás natural, e à organização dos mercados de gás natural.</p> <p>Estes diplomas visam contribuir para o correto funcionamento do mercado interno do gás natural, através da garantia de livre e igual acesso de terceiros às infraestruturas e da separação efetiva entre as atividades de produção e de comercialização, e as atividades de gestão de infraestruturas.</p>

Iniciativa	Sumário
<p><i>Atividade Transitária</i></p> <p>Conselho de Ministros de 16 de agosto</p>	<p>O Governo aprovou uma proposta de lei que simplifica o acesso à atividade transitária e ao transporte em táxi, bem como ao transporte coletivo de crianças, através da eliminação dos requisitos de capacidade técnica ou profissional dos responsáveis das empresas, transpondo para a ordem jurídica interna diretivas comunitárias relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno.</p> <p>Esta proposta de lei visa simplificar os regimes de acesso às profissões de diretor técnico de empresa da atividade transitária, de administrador, diretor, gerente ou empresário em nome individual de empresa de transporte em táxi, e do acesso à atividade de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos.</p>
<p><i>Empresas Transporte Público</i></p> <p>Conselho de Ministros de 16 de agosto</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza a despesa e delega a competência para a aprovação das minutas e para a outorga dos contratos de serviço público, a celebrar entre o Estado e as sociedades Trans-tejo - Transportes Tejo, S.A. e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A..</p> <p>Desta forma é dada sequência à redefinição das obrigações das empresas responsáveis pela prestação dos serviços referidos, através da fixação de objetivos de longo prazo, da otimização operacional e da adequação da respetiva estrutura aos serviços públicos prestados, bem como à redefinição do esforço financeiro do Estado e da comparticipação a suportar pelos utilizadores.</p>
<p><i>Mercado Interno de Serviços</i></p> <p>Conselho de Ministros de 23 de agosto</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou alterações ao diploma que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis.</p> <p>Estas alterações, cumprindo uma diretiva comunitária relativa ao mercado interno dos serviços, visam reduzir ou eliminar obstáculos ao acesso e exercício das atividades associadas às referidas instalações.</p>
<p><i>Reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo</i></p> <p>Conselho de Ministros de 23 de agosto</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o caderno de encargos do processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC)</p> <p>O Governo pretende privilegiar a alienação integral do capital social da ENVC com vista à sua reestruturação e desenvolvimento, em termos que contribuam para o desenvolvimento do sector da construção e reparação naval.</p>
<p><i>Privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, SA</i></p> <p>Conselho de Ministros de 30 de agosto</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou o processo de privatização da ANA, Aeroportos de Portugal, S.A., mediante a alienação das ações representativas de até 100% do capital social da ANA.</p> <p>A alienação efetuar-se-á através de uma operação de venda, por negociação particular, a um ou mais investidores, nacionais ou estrangeiros, individualmente ou em agrupamento, (venda por negociação particular) e através de uma operação de oferta pública de venda dirigida exclusivamente a trabalhadores da ANA e de sociedades, direta ou indiretamente detidas pela empresa.</p>
<p><i>Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – Recursos Minerais</i></p>	<p>Foi aprovada em Conselho de Ministros a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais (ENRG-RM).</p> <p>A ENRG-RM visa promover um setor mineiro dinâmico e sustentável que pro-</p>

Iniciativa**Sumário**

Conselho de Ministros de 30 de agosto	mova o crescimento da economia nacional e o desenvolvimento regional. A ENRG-RM estabelece um plano de ação com o horizonte de 2020, com especial enfoque nos minérios metálicos, por ser o segmento com maior valor, e constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidam sobre os recursos geológicos.
---------------------------------------	---

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Bolsas de formação avançada - Programa Operacional Potencial Humano</i> Despacho n.º 10124/2012. D.R. n.º 145, Série II de 2012-07-27	Alteração ao regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 4.1, «Bolsas de formação avançada», do eixo n.º 4, «Formação avançada», do Programa Operacional Potencial Humano.
<i>Construção dos aproveitamentos hidroelétricos</i> Despacho n.º 10187/2012. D.R. n.º 146, Série II de 2012-07-30	Reconhece a necessidade, por razões imperativas de interesse público, dos projetos de construção dos aproveitamentos hidroelétricos de Daivões, Alto Tâmega e Gouvães e a ausência de soluções alternativas.
<i>Exploração do Porto de Pesca da ilha da Culatra</i> Deliberação n.º 1041/2012. D.R. n.º 146, Série II de 2012-07-30	Regulamento de Exploração do Porto de Pesca da ilha da Culatra, no concelho de Faro, aprovado pelo Conselho Diretivo do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P.
<i>Autorização ARS LVT assumir encargos contratos de empreitadas</i> Portaria n.º 307/2012. D.R. n.º 146 Série II de 2012-07-30.	Autoriza a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., a assumir encargos decorrentes da execução dos contratos das empreitadas de algumas unidades de saúde e a repartição dos encargos respetivos.
<i>Medidas Passaportes Emprego</i> Portaria n.º 225-A/2012. D.R. n.º 147, Suplemento, Série I de 2012-07-31	Regula as Medidas Passaporte Emprego, Passaporte Emprego Economia Social, Passaporte Emprego Agricultura e Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas. Os Passaportes Emprego consistem no apoio ao desenvolvimento de um estágio, acompanhado de formação, com apoio à contratação sem termo por conta de outrem.
<i>Índices de custos – sector da construção</i> Aviso n.º 10322/2012. D.R. n.º 148, Série II de 2012-08-01	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.
<i>Mobilidade elétrica</i> Decreto-Lei n.º 170/2012. D.R. n.º 148, Série I de 2012-08-01	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que cria o regime jurídico da mobilidade elétrica.
<i>Sistema da Indústria Responsável</i> Decreto-Lei n.º 169/2012. D.R. n.º 148, Série I de 2012-08-01	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.
<i>Atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária</i> Decreto-Lei n.º 173/2012. D.R. n.º 149, Série I de 2012-08-02	Estabelece as regras aplicáveis ao exercício da atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossistas.
<i>Transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros em autocarro</i> Deliberação n.º 1065/2012. D.R. n.º 149, Série II de 2012-08-02	Regras comuns no que se refere aos requisitos para o exercício da atividade de transportador rodoviário de mercadorias e de passageiros em autocarro, estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 1071/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>SIREVE</i> Decreto-Lei n.º 178/2012. D.R. n.º 150, Série I de 2012-08-03	Institui o SIREVE - Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial.
<i>Produção e o aproveitamento de biomassa florestal</i> Decreto-Lei n.º 179/2012. D.R. n.º 150, Série I de 2012-08-03	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro, que estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa de modo a assegurar o abastecimento das centrais dedicadas de biomassa florestal.
<i>Qualificações profissionais - sector da energia</i> Portaria n.º 228/2012. D.R. n.º 150, Série I de 2012-08-03	Primeira alteração à Portaria n.º 48/2012, de 27 de fevereiro, que especifica as profissões regulamentadas abrangidas no sector da energia e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais.
<i>Apoio à Contratação via Reembolso da TSU</i> Portaria n.º 229/2012. D.R. n.º 150, Série I de 2012-08-03	Cria a medida de Apoio à Contratação via Reembolso da Taxa Social Única.
<i>Rent-a-car – regime jurídico</i> Decreto-Lei n.º 181/2012. D.R. n.º 151, Série I de 2012-08-06	Simplifica o regime do acesso e exercício da atividade de alu- guer de veículos de passageiros sem condutor, designada por <i>rent-a-car</i> , revogando o Decreto-Lei n.º 354/86, de 23 de Outu- bro.
<i>Contrato de investimento - rescisão</i> Despacho n.º 10510/2012. D.R. n.º 151, Série II de 2012-08-06	Aprova a rescisão do contrato de investimento celebrado entre a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a RPP Solar - Energias Solares, S. A.
<i>Contrato de investimento - rescisão</i> Despacho n.º 10511/2012. D.R. n.º 151, Série II de 2012-08-06	Aprova a rescisão do contrato de investimento celebrado entre a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a J. Cruz & M. Cruz - Restauração e Hotela- ria, Lda.
<i>Contrato de investimento</i> Despacho n.º 10512/2012. D.R. n.º 151, Série II de 2012-08-06	Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos ane- xos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a DouroAzul, SGPS, S. A., e a DouroAzul - Sociedade Marítimo-Turística, S. A.
<i>Tarifas e preços de Gás Natural - retificação</i> Declaração de retificação n.º 1006/2012. D.R. n.º 151, Série II de 2012-08-06	Tarifas e preços de Gás Natural para o ano-gás 2012-2013.
<i>Sistema Nacional de Gás Natural</i> Diretiva n.º 16/2012. D.R. n.º 151, Série II de 2012-08-06	Aprova o Manual de Procedimentos da Gestão Técnica Global do SNGN (Sistema Nacional de Gás Natural) e Manual de Ges- tão Logística do Abastecimento de UAG (Unidades Autónomas de Gás Natural).
<i>Empresas de transportes marítimos</i> Despacho n.º 10627/2012. D.R. n.º 152, Série II de 2012-08-07	Atribuição de subsídios a empresas de transportes marítimos.
<i>Sistema de Incentivos à Qualificação e Interna- cionalização</i> Portaria n.º 233-A/2012. D.R. n.º 151, Suple- mento, Série I de 2012-08-06	Altera o Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas (SI Quali- ficação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro, tendo presente o objetivo de promoção da competi- tividade das empresas, designadamente a sua capacidade de dar resposta a oportunidades de negócio e a sua presença ativa no mercado global,
<i>Autorização despesas</i> Portaria n.º. 234/2012. D.R. n.º. 152 Série I de 2012-08-07.	Autoriza a despesa e respetivos encargos plurianuais com a disseminação da solução GeRFIP pelos órgãos e serviços da Administração Pública, durante os anos de 2012 e 2013.
<i>Lista de aposentados e reformados</i> Aviso n.º. 10627/2012. D.R. n.º. 153 Série II de 2012-08-08.	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de setembro de 2012.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Cursos de Especialização Tecnológica</i></p> <p>Despacho n.º 10738/2012. D.R. n.º 153, Série II de 2012-08-08</p>	<p>Criação CET (Cursos de Especialização Tecnológica) em Têxteis Técnicos e Funcionais e autorizado o seu funcionamento na AFTEBI</p> <p>Os CET visam alargar a oferta de formação ao longo da vida.</p>
<p><i>Programa Operacional Potencial Humano - reprogramação</i></p> <p>Despacho n.º 10739/2012. D.R. n.º 153, Série II de 2012-08-08</p>	<p>Despacho de alteração dos regulamentos específicos das Tipologias de Intervenção 1.1, «Sistema de Aprendizagem», 1.4 «Cursos de Especialização Tecnológica», 1.5 «Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino» e 1.6 «Ensino artístico especializado».</p> <p>Esta alteração concretiza as decisões tomadas em sede do processo de reprogramação financeira do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), nomeadamente em matéria da taxa de cofinanciamento do Eixo 1 «Qualificação Inicial».</p>
<p><i>Programa Operacional Potencial Humano - regulamento</i></p> <p>Portaria n.º 235/2012. D.R. n.º 153, Série I de 2012-08-08</p>	<p>Altera a Portaria n.º 142/2011, de 6 de abril, que aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.</p>
<p><i>Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Empregador</i></p> <p>Decreto do Presidente da República n.º 136/2012. D.R. n.º 153, Série I de 2012-08-08</p>	<p>Ratifica a Convenção n.º 173 Relativa à Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Empregador, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 79.ª Sessão, realizada em Genebra em 23 de junho de 1992.</p>
<p><i>Estampilha especial - tabacos manufacturados</i></p> <p>Despacho n.º. 10783/2012. D.R. n.º. 154 Série II de 2012-08-09.</p>	<p>Fixação da cor e preço unitário da estampilha especial para os tabacos manufacturados, referente ao ano económico de 2013.</p>
<p><i>Programa de Eficiência Energética na Administração Pública — ECO.AP</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2012. D.R. n.º 154, Série I de 2012-08-09</p>	<p>No âmbito do programa ECO.AP, determina o procedimento de seleção de edifícios e equipamentos a submeter a contratos de gestão de eficiência energética, bem como a constituição de agrupamentos de entidades adjudicantes que serão responsáveis pelo lançamento dos respetivos procedimentos de contratação, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, e determina ainda a celebração prévia de um acordo de implementação do ECO.AP entre os ministérios envolvidos.</p>
<p><i>Programa Escolhas</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012. D.R. n.º 154, Série I de 2012-08-09</p>	<p>Aprova a 5.ª Geração do Programa Escolhas (2013-2015).</p> <p>O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.</p> <p>O Programa estrutura -se em cinco áreas de intervenção:</p> <ol style="list-style-type: none"> Inclusão escolar e educação não formal; Formação profissional e empregabilidade; Dinamização comunitária e cidadania; Inclusão digital; Empreendedorismo e capacitação.
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 10787/2012. D.R. n.º 154, Série II de 2012-08-09</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a MSF, SGPS, S. A., a MSF - Turismo e Imobiliário, SGPS, S. A., e a Royal Óbidos, Promoção e Gestão Imobiliária e Turística, S. A.</p>
<p><i>Formação profissional - sectores da hotelaria, restauração e turismo</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 114/2012. D.R. n.º 155, Série I de 2012-08-10</p>	<p>Recomenda ao Governo a criação de um programa de formação profissional de apoio ao emprego nos sectores da hotelaria, restauração e turismo na região do Algarve.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Revitalização do emprego</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 115/2012. D.R. n.º 155, Série I de 2012-08-10</p>	Recomenda ao Governo medidas de revitalização do emprego.
<p>Aquisição serviços de alimentação</p> <p>Despacho n.º.10840/2012. D.R. n.º. 155 Série II de 2012-08-10</p>	Aquisição de serviços de alimentação prestados ao Contingente Nacional no Kosovo.
<p><i>Conciliação entre a vida familiar e a vida profissional</i></p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 116/2012. D.R. n.º 155, Série I de 2012-08-10</p>	Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.
<p>Aquisição serviços de alimentação</p> <p>Despacho n.º.10840/2012. D.R. n.º. 155 Série II de 2012-08-10</p>	Aquisição de serviços de alimentação prestados ao Contingente Nacional no Kosovo.
<p>Repartição de encargos</p> <p>Portaria n.º.364/2012. D.R. n.º. 155 Série II de 2012-08-10</p>	Autoriza o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P., a proceder à repartição de encargos plurianuais relativos à contratação de empreitada de obras.
<p>Modelo de participação nas rendas</p> <p>Portaria n.º.240/2012. D.R. n.º. 155 Série I de 2012-08-10</p>	Aprova o modelo de participação de rendas e o respetivo anexo 1, bem como as correspondentes instruções de preenchimento.
<p>Cálculo pensões invalidez e velhice</p> <p>Portaria n.º.240/2012. D.R. n.º. 155 Série I de 2012-08-10</p>	Determina os valores dos coeficientes de revalorização das remunerações que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice de regime geral de segurança social, do regime do seguro social voluntário e das pensões de aposentação e reforma do regime de proteção social convergente e revoga a Portaria n.º.246/2011, de 22 de junho.
<p>Reprivatização Estaleiros de Viana do Castelo, S.A.</p> <p>Decreto-Lei n.º.186/2012. D.R. n.º. 156 Série I de 2012-08-13</p>	Aprova o processo de reprivatização do capital social dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
<p>Autorização encargos orçamentais</p> <p>Portaria n.º.371/2012. D.R. n.º. 156, Série II de 2012-08-13</p>	Autoriza o Turismo de Portugal, I.P., a assumir os encargos decorrentes do contrato de empréstimo a celebrar com a PRO-MICHOTEL - Atividades Hoteleiras, Lda.
<p>Autorização encargos orçamentais</p> <p>Portaria n.º.374/2012. D.R. n.º. 158 Série II de 2012-08-16</p>	Autoriza o Turismo de Portugal, I.P., a assumir os encargos decorrentes do contrato de aquisição de serviços de gestão de impressão e cópia.
<p>Apoio financeiro, agricultura e pecuária</p> <p>Despacho n.º. 11151/2012. D.R. n.º. 158 Série II de 2012-08-16</p>	Institui um apoio financeiro, com o objetivo de compensar os agricultores pelo custo da energia utilizada nas atividades de produção agrícola e pecuária, no período compreendido entre setembro de 2011 e março de 2012
<p>Contratos garantia financeira</p> <p>Decreto-Lei n.º.192/2012. D.R. n.º. 162 Série II de 2012-08-23</p>	Procede à 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º.105/2004, de 8 de maio, que aprovou o regime jurídico dos contratos de garantia financeira e transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º.2002/47/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de junho, relativa aos acordos de garantia financeira.
<p>Conta provisória</p> <p>Declaração n.º.166/2012. D.R. n.º. 163 Série II de 2012-08-23</p>	Conta provisória de janeiro a junho de 2012.
<p>Alterações código do IVA</p> <p>Decreto-Lei n.º.197/2012. D.R. n.º. 164 Série I de 2012-08-24</p>	Introduz alterações no Código do IVA, no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo o artigo 4º. Da Diretiva n.º.2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro, em matéria de localização das prestações de serviços, e a Diretiva n.º.2010/45/UE, do Conselho, de 13

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	de julho, em matéria de faturação, dando execução às autorizações legislativas constantes do artigo 128º. da Lei nº.64-A/2011, de 30 de dezembro.
Controlo na emissão de faturas Decreto-Lei nº.198/2012. D.R. nº. 164 Série I de 2012-08-24	Estabelece medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, define a forma da sua comunicação à Autoridade Tributária e cria um incentivo de natureza fiscal à exigência daqueles documentos por adquirentes pessoas singulares.
Novo modelo de cartão de contribuinte Portaria nº.255/2012. D.R. nº. 165 Série I de 2012-08-27	Aprova o novo modelo do cartão de contribuinte e revoga a Portaria nº.377/2003, de 10 de maio.
Mala diplomática Portaria nº.415/2012. D.R. nº. 166 Série II de 2012-08-28	Autorização de procedimento com vista à contratação de serviços relativos à expedição e receção de malas diplomáticas.

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Variação homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.